

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**JADIELSON RAILSON FERREIRA RIBEIRO**

**HEGEMONIA E PODER: CONCESSÕES PARA VEÍCULOS DE RADIODIFUSÃO  
NO MARANHÃO 1978-1990.**

São Luís  
2018

**JADIELSON RAILSON FERREIRA RIBEIRO**

**HEGEMONIA E PODER: CONCESSÕES PARA VEÍCULOS DE RADIODIFUSÃO  
NO MARANHÃO 1978-1990.**

Monografia apresentada ao Curso de História  
Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monica Piccolo Almeida  
Chaves.

São Luís  
2018

Ribeiro, Jadielson Railson Ferreira.

Hegemonia e poder: as concessões para veículos de radiodifusão no Maranhão (1978-1990) / Jadielson Railson Ferreira Ribeiro. – São Luís, 2018.

87 folhas

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

Radiodifusão. 2. Hegemonia. 3. Antonio Gramsci. José Sarney I. Título.

CDU 654.195(812.1)“1978/1990”

**JADIELSON RAILSON FERREIRA RIBEIRO**

**HEGEMONIA E PODER: CONCESSÕES PARA VEÍCULOS DE RADIODIFUSÃO  
NO MARANHÃO 1978-1990.**

Monografia apresentada ao Curso de História  
Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida  
Chaves.

Aprovada em: 02 / 02 / 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Marcelo Cheche Galves (Arguidor)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Carine Dalmás (Arguidora)  
Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Jamais teria chegado até aqui sem a contribuição de todo seu corpo docente, repleto de profissionais competentes e de alto nível intelectual. Posso afirmar que este curso me deixou mais humano, mais responsável e me fez abrir horizontes antes inimagináveis.

Tenho gratidão em especial a minha orientadora, Monica Piccolo, pessoa pela qual tenho grande admiração e respeito, não apenas por ser uma grande historiadora, mas também pela paciência, dedicação e empenho em fazer avançar os estudos de história contemporânea no Maranhão. Obrigado pelo privilégio de ser seu orientando.

Agradeço a todas as amizades construídas ao longo da graduação, tanto na turma 2012.2, quanto nas outras e também aos companheiros do Nupehic.

Em especial agradeço aos queridos amigos: Thiago Moura, Amanda Neves, Jefferson Maciel e Diogo Aires, pelos nossos momentos de alegrias e também pelo apoio nas horas de tensão.

Sou extremamente grato a todo o apoio familiar do meu pai Jonaldo, minha mãe Necynalva e minha avó Mary, que, mesmo com todas as dificuldades, conseguiram me proporcionar o acesso a educação e sempre torceram pelo meu sucesso acadêmico. Agradeço ao meu irmão Josielton, que brevemente também estará concluindo sua graduação.

Por fim agradeço a minha esposa Fernanda Nunes. Companheira de todas as horas que me seguiu durante todos esses cinco anos de graduação, sempre me dando força para prosseguir, consolando minhas angústias e sofrendo junto comigo em todas as vésperas de provas, seminários e deste trabalho e me incentivando nos momentos em que eu me julguei incapaz. Agradeço também pela sua paciência.

## RESUMO

A consolidação da hegemonia do grupo político que governou o estado do Maranhão durante cinquenta anos, com efêmeras interrupções, foi realizada utilizando-se de diversos instrumentos de coerção e consenso. A partir da orientação teórica do filósofo italiano Antonio Gramsci, este trabalho se propõe a explicar o processo de consolidação da hegemonia deste grupo através da atuação dos veículos de radiodifusão no estado do Maranhão como aparelhos privados de hegemonia. Inicialmente será feita uma discussão sobre a História do Tempo Presente, seus avanços e desafios e apresentaremos mais profundamente a orientação teórica gramsciana. Logo em seguida, buscaremos nos situar historicamente dentro do tema, fazendo uma discussão historiográfica sobre o período que vai desde a implementação da ditadura em 1964 até o período de transição, demonstrando o crescimento dos grupos midiáticos nacionais durante esse período. Por fim, faremos um diagnóstico sobre o processo de liberação de concessões públicas para os veículos de radiodifusão maranhense, relacionando-os com o fortalecimento do grupo Sarney no Maranhão, identificando aliados e demonstrando os resultados eleitorais do grupo. Para realização deste trabalho utilizaremos como fontes: diários oficiais, decretos realizados pelo executivo federal, boletins eleitorais, matérias de impressos, além da bibliografia já existente. Teremos os anos entre 1978 e 1990 como recorte temporal.

Palavras-chave: radiodifusão, hegemonia, Antonio Gramsci, José Sarney.

## **ABSTRACT**

The consolidation of the hegemony of the political group that governed the state of Maranhão for fifty years, with ephemeral interruptions, was carried out using various instruments of coercion and consensus. Based on the theoretical orientation of the Italian philosopher Antonio Gramsci, this paper proposes to explain the process of consolidation of the hegemony of this group through the cooptation of the broadcasting vehicles in the state of Maranhão. Initially, we will discuss the History of Present Time, its advances and challenges and present more deeply Gramsci's theoretical orientation. Soon afterwards, we will seek to situate ourselves historically within the theme, making a historiographic discussion about the period from the implementation of the dictatorship in 1964 until the transition period, demonstrating the growth of national media groups during this period. Finally, we elaborated a diagnosis about the process of liberation of public concessions for Maranhão broadcasting vehicles, relating them to the strengthening of the Sarney group in Maranhão, identifying allies and demonstrating the group's electoral results. In order to carry out this work we will use as sources: official journals, decrees made by the federal executive, electoral bulletins, printed materials, in addition to the existing bibliography. We will have the years between 1978 and 1990 as a time cut.

Keywords: broadcasting, hegemony, Antonio Gramsci, José Sarney

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: RADIODIFUSÃO EM FOCO: História do Tempo Presente e análise do conceito de Hegemonia em Gramsci.....	16
1.1 História do Tempo Presente: avanços e desafios no exercício de escrita da história.....	16
1.2 Estado Ampliado e Hegemonia segundo Antonio Gramsci.....	19
1.3 Radiodifusão no Brasil e os Aparelhos Privados de Hegemonia.....	24
CAPÍTULO 2: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR, DITADURA E TRANSIÇÃO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS OLIGOPÓLIOS MIDIÁTICOS NO BRASIL... .....	29
2.1 Breve Balanço Historiográfico: Golpe de 1964 e Ditadura Empresarial-Militar.....	29
2.2 A Transição em Questão.....	36
2.3 O Desenvolvimento do Império Midiático erguido sobre o Sangue da Ditadura Empresarial-Militar .....	42
2.4 Marco legal da comunicação no Brasil: a atuação do Estado Restrito.....	45
CAPÍTULO 3: RADIODIFUSÃO MARANHENSE: comunicação e política andam juntas na construção da Hegemonia.....	52
3.1 Difusora, Mirante e Ribamar: A trajetória destes Aparelhos Privados de Hegemonia. .....	52
3.2 O processo de consolidação da hegemonia.....	58
3.3 Disputas intra-classe e resultados eleitorais.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS .....	75
ANEXOS .....	86

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Outorgas de televisão controladas por políticos .....	50
Tabela 2: Resultados Eleitorais 1978, – Deputado Federal.....	55
Tabela 3: Resultados Eleitorais, 1982 – Deputado Federal.....	55
Tabela 4: Resultados Eleitorais 1986,1990 – Deputado Federal.....	64
Tabela 5: Resultados Eleitorais 1986 – Senador .....	68
Tabela 6: Resultado das eleições para governador. Ano 1982.....	70
Tabela 7: Resultado das eleições para governador. Ano 1986.....	70
Tabela 8: Resultado das eleições para governador. 2º turno. Ano 1990 .....	71

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Desempenho eleitoral de José Sarney (1954-1965) .....	59
Gráfico 2: Propriedade e controle da TV Difusora 1963-2011 .....	70

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1: Aécio ganha rádio FM em Betim ..... 49

Imagem 2: Matéria sobre a TV Ribamar ..... 54

## **LISTA DE SIGLAS**

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão  
ACM – Antônio Carlos Magalhães  
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas  
AESP – Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo.  
AM – Amplitude Modulada  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ASSERP – Associação de Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco  
CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações  
CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DEM – Democratas  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento  
DSN - Doutrina de Segurança Nacional  
EUA – Estados Unidos da América  
FM – Frequência Modulada  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IHTP – Instituto de História do Tempo Presente  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDS – Partido Democrático Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSI – Partido Socialista Italiano  
PSP – Partido Social Progressista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PST – Partido Social Trabalhista  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TV - Televisão  
UDN – União Democrática Nacional



## INTRODUÇÃO

O golpe de Estado de 1964, juntamente com o regime que se prolongou oficialmente até 1985<sup>1</sup>, arquitetado por parte do empresariado brasileiro, capital multinacional associado e forças militares, marcou de forma trágica a história do país. Nas décadas de 1970 e 1980, tivemos um período de mudança gradual desse regime e a eleição indireta de um civil para ocupar o cargo de presidência. Este período, de acordo com a historiografia, possui algumas definições, podendo ser chamado de: transição democrática; redemocratização; Nova República; dentre outras significações. A derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso em 1984, que previa eleições diretas para presidente, permitiu que o processo de retorno à democracia no Brasil fosse tutelado pelos setores conservadores do então regime vigente. Durante todo esse período pós 1964, há o desenvolvimento de grandes conglomerados de comunicações no Brasil, com protuberante destaque ao Grupo Globo de Comunicações, que cresceu de forma vertiginosa durante o todo o período acima citado.

De 1966 a 2014 o estado do Maranhão viveu sob o domínio político de um único grupo, com efêmeras interrupções. Estamos nos referindo ao Grupo Sarney ou a oligarquia Sarney, como é mais conhecida. Em breve, teremos novamente eleições para governo do estado e a possibilidade do retorno deste grupo ao poder não pode ser descartada. O grupo Sarney, embora tenha perdido o controle do executivo estadual nas eleições de 2014, ainda continua a possuir em sua base de apoio um ministro maranhense, dois senadores da República, a maioria da bancada maranhense de deputados federais, além de vários prefeitos e vereadores aliados nos municípios do estado.

No Maranhão, o domínio desse grupo durante praticamente cinquenta anos, ainda não possui uma literatura muito extensa na área de História, sendo a maioria existente elaborada a partir da ótica da militância política e na área da comunicação social. Estes estudos, embora sejam extremamente relevantes, podem ser ainda mais aprofundados, e nos últimos anos novas pesquisas vêm sendo realizadas numa escala mais ampla. Nesse sentido, este trabalho tem a intenção de trazer à tona alguns elementos que possam ter contribuído para a conquista hegemônica do grupo. Destacamos com mais ênfase, o processo de liberação de concessões públicas para o funcionamento dos veículos de radiodifusão maranhense e suas relações com

---

<sup>1</sup> Embora uma boa parte da historiografia utilize este ano como marco final do regime, não há um consenso entre os historiadores. Optamos por utilizar o ano de 1985, pois é o ano que pela primeira vez, após vinte e um anos com presidentes militares, um civil voltou a tomar posse como, embora ainda de forma indireta e com o processo de transição sendo tutelado pelos militares. Este assunto será abordado mais profundamente no segundo capítulo deste trabalho.

o projeto hegemônico de poder exercido pelo grupo político que tem como figura mais conhecida José Sarney.

Esta classe política que dominou o estado do Maranhão, por vias indiretas e também “democráticas”, durante quase cinco décadas, certamente teve muitos pilares de sustentação, entre os quais claramente destacamos a coerção, a articulação com os governos de âmbito federal, a utilização patrimonialista da máquina pública, a política clientelista, a fraude eleitoral, a manipulação dos municípios por meio administrativo e financeiro, dentre outras formas de controle do poder. Acreditamos que além desses meios citados, uma ferramenta indispensável e de fundamental importância para a construção da hegemonia deste grupo político foi a manutenção do domínio dos meios de comunicação.

Logo, levantamos a hipótese de que para o sucesso, inclusive das práticas acima já mencionadas, os elementos de construção do consenso, dentre os quais estão os veículos de radiodifusão, são necessários para fazer a maioria da população aderir a um projeto de uma pequena fração de classe. Dessa forma, notamos em apreciações incipientes que a maioria destes veículos está em posse deste grupo. A grande questão é perceber se a captura dos meios de comunicação pode nos fornecer importantes revelações sobre a manutenção deste bloco de poder durante tanto tempo no domínio político do estado.

O primeiro capítulo deste trabalho se propõe a fazer uma análise em torno do estudo da História do Tempo Presente, apontando suas perspectivas e formas de abordagens, além de apresentar nossa fundamentação teórica que parte das premissas elaboradas pelo filósofo italiano Antônio Gramsci, que assimila progressivamente os elementos essenciais da herança de Marx e Lênin, contudo, não estabelecendo uma relação simples de continuidade, mas uma autêntica relação dialética de conservação/renovação. Ainda neste primeiro momento será feito um breve histórico da radiodifusão no Brasil.

No segundo capítulo, buscaremos nos situar historicamente dentro do tema, fazendo uma discussão historiográfica sobre o período que vai desde a implementação da ditadura em 1964 até o período de transição. O crescimento dos impérios midiáticos e a legislação acerca da radiodifusão no Brasil também serão aspectos presentes nesta parte. Para finalizarmos, buscaremos no terceiro capítulo elaborar um diagnóstico sobre o processo de liberação de concessões públicas para os veículos de radiodifusão maranhense, relacionando-os com o fortalecimento do grupo Sarney no Maranhão; identificar quem eram os aliados políticos de José Sarney e suas relações com as emissoras; destacar os processos de disputas intraclasse e relacionar o processo de concessões com os resultados eleitorais.

Esta pesquisa será desenvolvida através de análise documental, revisão bibliográfica já existente, além da apreensão analítica do material empírico. Fontes como: diários oficiais, decretos realizados pelo executivo federal e boletins eleitorais. Algumas matérias de impressos também serão utilizadas, assim como suas versões on-line. Teremos os anos entre 1978 e 1990 como recorte temporal pelo fato de ser o momento de fortalecimento do grupo a partir da aliança entre José Sarney e Vieira da Silva, com a indicação de João Castelo para a disputa das eleições indiretas de 1978, num processo que envolveu a liberação de concessão para o funcionamento de uma emissora de televisão.

## **CAPÍTULO 1: RADIODIFUSÃO EM FOCO: História do Tempo Presente e análise do conceito de Hegemonia em Gramsci**

Este primeiro capítulo irá apresentar o embasamento teórico deste trabalho e também analisar os primórdios da radiodifusão no Brasil. Utilizaremos como elemento fundamental as contribuições do filósofo italiano Antônio Gramsci em suas elaborações sobre processo de conquista da hegemonia, na tentativa de compreender essa intensa dinâmica dos movimentos de força entre a sociedade civil e a sociedade política. Antes, porém faremos uma discussão a respeito da História do Tempo Presente, suas perspectivas, avanços e desafios no exercício de escrita da história.

### **1.1 História do Tempo Presente: avanços e desafios no exercício de escrita da história.**

Esta área, sem dúvidas, desperta grandes discussões no que tange à sua legitimidade como esfera de atuação. O tema proposto neste trabalho encontra-se situado no campo da História do Tempo Presente. Segundo Ferreira (2000), se levarmos em consideração o período da antiguidade clássica, percebemos que a grande preocupação dos historiadores voltava-se para o estudo do atual. “Não havia, portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa” (FERREIRA, 2000, p. 1). Contudo, no século XIX, no processo de institucionalização da História como disciplina, o historiador deveria manter um distanciamento temporal do seu objeto de estudo, para que uma crítica fosse melhor elaborada, isso ocorria com o argumento de que as demandas sociais inerentes ao tempo de construção da obra pudesse fazer parte essencial do seu conteúdo.

Por um longo período, esse tipo de cientificidade exigida ao estudo histórico acabou por ser um fator que prejudicou os estudos do tempo presente. Contudo, de acordo com Piccolo (2010), ocorreram nas últimas décadas do século XX mudanças estruturais no campo da História, que acabaram por contribuir maciçamente para o engrandecimento destes estudos:

As últimas décadas foram marcadas por uma reversão desse quadro, ou melhor, pela reabilitação da História Contemporânea enquanto história científica e, por consequência, por transformações no que diz respeito às fontes históricas e ao lugar do historiador no processo de construção do conhecimento histórico (PICCOLO, 2010, p. 36).

Outro fator fundamental para que os estudos no campo da História do Tempo Presente fossem aprofundados, sem dúvidas, foi o advento da terceira geração da escola dos Annales na década de 1960. Isso foi possível graças as suas novas abordagens no que se refere à ampliação da noção em torno da documentação e ao maior diálogo com as ciências políticas e sociais, diferentemente da geração de 1930, que deixou a história política num período de “ostracismo a que foi relegada em função das transformações no campo de produção historiográfica que marcou o início do século XX” (PICCOLO, 2010, p.37). De acordo com Burke (1991) o retorno à história política na terceira geração também foi outro fato relevante, já que Febvre e Braudel pouco exploraram esse tema:

Resumindo. Febvre e Braudel podem não ter ignorado a história política, mas não a tomaram muito a sério. O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de idéias e de mentalidades (BURKE, 1991, p. 73).

Além disso, nos anos de 1970 e 1980, a História do Tempo Presente ganha mais visibilidade com os estudos de Michel Pollack e a criação na França do *Institut d'histoire du temps présent* (IHTP), fundado em 1978 por François Bédarida (MOTTA, 2012, p.30).

Nesse sentido, pode-se perceber o incessante aumento da produção historiográfica relacionada a temas da contemporaneidade, em contraposição à outrora, se avolumando uma gama de documentação ainda não explorada, despertando muito mais o interesse pela temática. Ainda não há um consenso entre os historiadores sobre a reflexão em torno dessa área de atuação, no que se refere às questões que norteiam os marcos cronológicos ao tratarmos da História do Tempo Presente:

A demanda social pelo estudo da história recente tem assim levado a comunidade dos historiadores a rever suas posições. Mesmo que a busca da “verdade histórica” permaneça a regra de ouro dos historiadores (e mesmo que se saiba que jamais se chegará a ela), e que a denúncia das falsificações deva ser preocupação constante, isso não significa a retomada de certos pressupostos tão caros aos historiadores do passado, tais como a necessidade da famosa visão retrospectiva para se conquistar maior objetividade, ou a desqualificação das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas (FERREIRA, 2000, p.10).

Monica Piccolo (2010), ao tratar da relatividade existente aos mecanismos de delimitação da História do Tempo Presente, cita os posicionamentos de Serge Berstein, Danièle Voldman e Eric Hobsbawm, levantando um possível marco cronológico sobre o

início da História do Tempo Presente. Os dois primeiros tomam como referência o fim da II Guerra Mundial e a inacessibilidade dos arquivos públicos, respectivamente, já o historiador inglês toma como marco inicial da História do Tempo Presente o fim da guerra da Argélia<sup>2</sup>.

Lembramos ainda que para Chauveau (2009), essa produção se dá, sobretudo pela necessidade de esclarecimento dos traumas vividos com a Segunda Guerra Mundial, além dos incrementos tecnológicos que possibilitavam uma maior gama de documentação necessária para estes novos estudos.

Essa produção histórica, simétrica à demanda social, teria como raízes ainda o “aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa e da edição, a elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos, morais, dos anos 50-60” (CHAUVEAU; TÉTART, apud MARANHÃO FILHO, 2009, p. 138).

Levando em consideração a historiografia brasileira, observamos que o marco cronológico também está situado próximo ao final da segunda guerra. Contudo, como nos salienta Motta (2012) o golpe de 1964 vai ser fundamental para a produção do tempo presente.

No Brasil, é possível asseverar que parte significativa dos estudos tem como marco inaugural o golpe de 1964 e seus desdobramentos. Vale dizer que inúmeros trabalhos procuram discutir os embates entre memórias na sua relação com a experiência da intervenção militar no Estado brasileiro e que uma geração de historiadores somou esforços para recuperar as dimensões conflitivas daquele passado e suas marcas - às vezes - indelévels inscritas no presente (MOTTA, 2012, p.33).

Observamos então que o debate acerca da História do Tempo Presente é, sem dúvidas, um terreno fértil de discussões. Essa foi apenas uma breve análise sobre o tema. Novas indagações nos surgem a cada dia. Procuraremos no decorrer deste trabalho utilizar essas concepções acima consideradas, buscando não recair nos possíveis equívocos que a História do Tempo Presente pode nos apresentar, como por exemplo, as armadilhas do senso comum, mas sim possibilitar o engrandecimento do debate, propiciando o avanço das pesquisas sobre a contemporaneidade.

---

<sup>2</sup> A guerra da Argélia realizou-se entre 1954-1962, tendo como objetivo libertar o país do domínio francês.

## 1.2 Estado Ampliado e Hegemonia segundo Antonio Gramsci

A perspectiva teórica que fundamenta este trabalho parte de alguns conceitos elaborados pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. É importante ressaltar que o objeto aqui estudado, a radiodifusão<sup>3</sup>, enquadra-se em uma de suas elaborações teóricas mais difundidas, que trata dos aparelhos privados de hegemonia. Antes de começarmos a discutir com mais profundidade acerca desses estudos, iremos fazer um breve apanhado da trajetória de vida deste intelectual.

O filósofo político Carlos Nelson Coutinho foi um grande intelectual brasileiro que elaborou um estudo muito relevante para as interpretações sobre o nosso teórico. A complexidade da obra de Gramsci pode ser um desafio para que estudos mais profundos sobre sua obra sejam pesquisados com mais intensidade nos estudos acadêmicos. Nascido em Ales, na Sardenha, em 1891, em uma família carente e grande, Gramsci, logo cedo, foi acometido de uma enfermidade que prejudicou seu crescimento e deixou sua saúde debilitada. Ingressou na carreira política, adentrando ao Partido Socialista Italiano (PSI), rompendo com o mesmo em 1919.

Antonio Gramsci militou em comissões de fábricas, logo após, participou da fundação do Partido Comunista Italiano, em 1921, juntamente com Amadeo Bordiga, sendo membro do Comitê Central. Com o advento do fascismo italiano, Gramsci foi preso pela polícia fascista embora detivesse imunidade parlamentar. Na prisão, Antonio Gramsci escreveu a obra *Cadernos do Cárcere*, organizada e publicada postumamente, que, em mais de trinta cadernos, enquadram suas concepções críticas acerca de História, Política, Educação e marcaram alguns dos seus conceitos, dentre eles: hegemonia e Estado ampliado, que estarão norteando nosso trabalho.

Gramsci faz uma análise do Estado de forma diferenciada em relação às outras concepções exaustivamente debatidas. Assim, cabe aqui ressaltar a emergência do Estado segundo a concepção liberal, analisando Mendonça (2014):

Dentro de sua lógica explicativa, o Estado, na visão liberal, emergiria de um contrato social. E para que este ocorresse, hierarquizavam duas modalidades – ou estados – de vida dos homens: o “estado de natureza” ou o “estado

---

<sup>3</sup> São os serviços, estabelecidos por legislação própria, que promovem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral, o que é modernamente denominado “comunicação eletrônica”. Disponível em: <http://www.jwsat.com.br/noticias/radiodifusao.pdf>, acesso em: 03/04/2017.

civil”, sendo este último a forma de vida humana mais “civilizada” e “progressista”, posto ter como base o contrato social (MENDONÇA, 2014, p. 3).

Segundo a autora, a percepção de contrato social no que se refere à origem do Estado recai em inúmeros problemas:

O primeiro é a noção de que a sociedade (estado) civil criava uma sociabilidade estritamente política, ou seja: ou existiria um soberano e um *pactum societatis*, ou os homens não seriam beneficiados pelo poder protetor e universal da lei e do governante, ambos os tornados sinônimos. O segundo indica que se impôs uma visão de Estado como fruto de um somatório de direitos individuais (“naturais”) dos quais se abriu mão em nome da superação do “estado de natureza”, resultando numa noção de Estado como individualidade (entidade) distinta do conjunto de indivíduos que lhe deu origem (MENDONÇA, 2014, p. 4).

Levando em consideração aqui a análise de Sonia Mendonça (2014), ao se debruçar nas interpretações do Estado propostas por Marx e Engels, observo que o Estado teria brotado a partir do surgimento da propriedade privada, a fim de lhe resguardar o direito à apropriação e manutenção daquilo que a todos competia, assegurando assim a divisão de classes, e tendo como meio de controle social o aparato repressivo legalizado:

A origem do Estado, nessa concepção residiu, justamente, na emergência da propriedade privada, no momento em que uma dada coletividade – ou grupo social – apropriou-se privadamente daquilo que pertencia a todos, subordinando os demais, transformados em força de trabalho. Nessa perspectiva, o Estado nascia da necessidade de certos grupos de proprietários agora privados de assegurar, ocultar e universalizar sua apropriação, mediante leis de outras medidas coercitivas capazes de garantir aos despossuídos não apenas a manutenção desta condição, como também que contra ela não se rebelassem (MENDONÇA, 2014, p. 5).

Os aparelhos repressivos são fundamentais no processo de manutenção classista. Nesse sentido Marx, Engels e Lênin, “[...] examinaram também a estrutura do estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como, tal também o estado capitalista liberal faz valer essa sua natureza de classe” (COUTINHO, 1989, p. 74). Dessa forma observamos que as análises de Marx e Engels se preocupam prioritariamente naquilo que diz respeito aos mecanismos de repressão utilizados pelo Estado para manter o controle das classes dominantes sobre a sociedade, haja vista o período histórico em que suas respectivas compreensões foram elaboradas:

Numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia, sobretudo através de vanguardas combativas, mas pouco numerosos, atuando compulsoriamente na clandestinidade, era natural que esses aspectos repressivos do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade e por isso, merecesse atenção prioritária dos clássicos (COUTINHO, 1989, p. 75).

Após estas breves considerações sobre o sentido do Estado na concepção de Marx, trataremos de explicitar a forma pela qual Gramsci vai fazer o que Carlos Nelson Coutinho chama de renovação/superação da teoria marxista clássica. As proposições levantadas a seguir serão fundamentais para a estruturação deste trabalho.

A concepção de Sociedade Civil em Gramsci é fundamental no processo de ampliação da teoria marxista, “fazendo assim o enriquecimento dialético da mesma, [...] Gramsci não inverte nem nega as descobertas iniciais de Marx, “apenas” as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (COUTINHO, 1989, p. 74). Gramsci analisa o Estado em uma dupla dimensão, dividindo-o entre sociedade política e sociedade civil, sendo esta “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera da mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1989, p. 73).

A formulação de um conceito de sociedade civil diferenciado em relação ao seu uso mais comum vai ser a grande descoberta das formulações gramscianas. Segundo Virginia Fontes (2006), existia certa formulação consensual nas interpretações pretéritas:

Antes de Gramsci, o conceito de sociedade civil admitia um sentido mais ou menos comum entre os diversos autores – designava, sobretudo, o âmbito dos interesses, do mercado, da concorrência. Para uns, valorizado como instância central a ser preservada, figurando a propriedade acima, inclusive, da vida (por esse viés, a propriedade e o mercado passavam a equiparar-se à própria civilização); para outros, como a expressão do predomínio, numa sociedade histórica precisa e delimitada, da sociedade burguesa moderna, de um individualismo que limitava e reduzia a própria individualidade, fazendo-a perder a consciência de seu pleno sentido, o do pertencimento a um processo histórico e social (FONTES, 2006, p. 210).

Segundo a interpretação do filósofo sardo, a conceituação de sociedade civil vai tomar um contorno de inovação, para ele a sociedade civil é fundamental para o processo de hegemonia, uma vez que, por via da formação do consenso, consegue tornar universal um projeto hegemônico de uma fração de classe, sem o uso da força. Dessa forma, para se compreender o Estado em seu sentido amplo é necessário o entendimento de que coerção e consenso atuam de forma combinada, ou seja, para que se chegue ao processo denominado

como hegemonia, não há como depender apenas da coerção sem se valer dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Deste modo, de acordo com Carlos Nelson Coutinho:

Portanto, o Estado em sentido amplo, com novas determinações” comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido restrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revista, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.(COUTINHO, 1989, p. 76).

Como já foi dito, a hegemonia se dá no processo de ação combinada entre a coerção e o consenso, entretanto, é claro que haverá por vezes momentos em que pressões por demandas inerentes aos interesses das classes dominadas terão de certa forma, ser atendidas, gerando certo equilíbrio variante entre as classes. Em certos momentos, como nos diz Gramsci:

[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político também é econômica, não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, vol3, p. 48).

No processo de construção da hegemonia, mediante o contexto em que estamos trabalhando, utilizamos essas interpretações elaboradas por Gramsci, contudo, buscamos adaptar estes conceitos em função dos novos recursos tecnológicos que avançaram com o tempo. Dessa forma, observamos que a atuação da comunicação nos tempos gramscianos já era percebida pela capacidade de difusão de ideias do jornal impresso. Segundo Dias (2000), ao analisar os escritos de Gramsci, pode-se constatar continuamente a preocupação do filósofo em relação ao jornal:

[...] comprar um jornal pode parecer à primeira vista, algo inocente, contudo isso implica graves riscos [...] tudo que se publica é conscientemente influenciado por uma ideia: servir à classe dominante; que se traduz

inelutavelmente em um fato: combater a classe trabalhadora” (DIAS, 2000, p.71).

Já sabemos que a hegemonia é conquistada através da ação entre coerção e consenso, quando o projeto de uma fração de classe se torna universal. Então analisaremos agora a importância da comunicação nesse processo. Como já foi levantado anteriormente, os Aparelhos Privados de Hegemonia, dentre os quais os meios de comunicação de massa, são um de seus elementos, são ferramentas indispensáveis no processo de consolidação da hegemonia, logo, são eles que difundirão as ideias que visam tornar o projeto dominante como de interesse geral:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, p 95, vol.3).

Nota-se que mesmo em caráter incipiente, o filósofo italiano já pensava em variadas formas e meios possíveis dos quais a sociedade civil lançava mão para propor suas ideologias “ele, mesmo que ainda secundariamente, também começa a tratar dos meios não impressos, seja o teatro, seja as novas tecnologias revolucionárias para o seu tempo, de tipo audiovisual, como o rádio e o cinema” (ALMEIDA, 2011, p. 128), seguindo essa lógica vemos que, mesmo na atualidade, a configuração dos meios de comunicações tenha tomado outra dinâmica, as constatações de Gramsci nos dão amparo suficiente para compreendermos esse processo.

Ao tratar desse tema, Gramsci (1982) afirmava que todos os homens seriam intelectuais. Contudo, nem todos exerceriam esse aspecto, lembrando que, para ele, intelectual não necessariamente seria uma pessoa detentora de altos estudos acadêmicos, mas que desenvolve algum tipo de habilidade que, de certa forma, “[...] contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2001, p. 53):

Os intelectuais são, pois, primeiramente os organizadores da função econômica da classe à qual estão ligados organicamente. [...] Os intelectuais são também os portadores da função hegemônica que exerce a classe dominante na sociedade civil. Trabalham nas diferentes organizações culturais[...] e nos partidos da classe dominante, de maneira a assegurar o

consentimento passivo, ou mesmo ativo, das classes dominadas à direção que imprime a sociedade da classe dominante (PIOTTE, 1975 apud ARAUJO, 2011, p. 79).

Nesse contexto, percebemos a função que cumprem os intelectuais, que são os responsáveis por elaborar aquilo que deve ser difundido para perpetuar o controle ideológico da estratégia hegemônica, além de agir como um partido. Costumeiramente, chamamos esses intelectuais de “formadores de opinião”. A concentração dos meios de comunicação nos remete a levantar questões sobre estes e outros problemas e as contribuições de Gramsci são fundamentais para entendermos esse processo.

### **1.3 Radiodifusão no Brasil e os Aparelhos Privados de Hegemonia**

Para estudarmos os meios de comunicação de massa no Brasil, temos que levar em consideração todas as relações que os mesmos detêm com a política e a economia no decorrer da história deste país. Tentaremos fazer um breve levantamento histórico que nos possibilite entender como esse fenômeno se reordena de acordo com as demandas inerentes ao tempo, e como se estruturou nas últimas décadas.

Ao entrarmos em contato com os conceitos gramscianos anteriormente, pudemos fazer uma projeção. De acordo com os novos padrões do mundo globalizado, no que se refere à informação, percebe-se que os meios de comunicação social agem na conjuntura de um bloco histórico, que atua na disseminação de ideias do projeto de uma fração de classe, ou seja, é o processo de construção ideológica, na superestrutura social. Por ser um negócio, os meios de comunicação de massa buscam a acumulação de capital, assim, na história da comunicação:

No Brasil (do telégrafo ao telefone, do rádio à televisão, da microeletrônica aos satélites), correspondeu a uma etapa de acumulação do capital e a um direcionamento do modelo econômico dos países centrais aos periféricos, determinando todas as diretrizes que teriam de ser tomadas para o sucesso dos grandes negócios internacionais [...] esse debate ganhou a importância e a dimensão que ganhou por causa do papel absolutamente central que as telecomunicações – na verdade, as comunicações em seu conjunto – passaram a ter para a acumulação do capital, nas últimas décadas do século XX (DANTAS, 2002, p. 73 apud ARAUJO, 2011, p.75-76).

Segundo Rummert (1986), a comunicação social é, fundamentalmente, um fenômeno político, tendo especificidades de acordo com cada momento histórico e, no caso brasileiro, subordinada às nações estrangeiras, ou seja, o modelo utilizado pela comunicação social

brasileira desde seus primórdios teve como finalidade atender aos interesses classistas a nível mundial.

Na década de 1920 vamos ter no Brasil um marco fundamental para a história da comunicação. Refiro-me ao surgimento do rádio, tendo sua primeira transmissão realizada em 1922, em função do centenário da independência<sup>4</sup>. Nascia então no Brasil o meio de comunicação que até a ascensão da televisão na década de 1980 seria o principal veículo de longo alcance a está presente nos lares brasileiros. Tendo como precursor o italiano Guglielmo Marconi, que o patenteou em 1898, o rádio se espalhou rapidamente pelo mundo<sup>5</sup>.

Em 1922, surgia no país a primeira transmissão através do rádio, e logo na década seguinte, o presidente Getúlio Vargas foi um grande utilizador deste meio para divulgar os atos do seu governo. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>6</sup>, Getúlio Vargas foi um grande utilizador deste meio como difusor de propaganda, assim como muitos governos pela Europa, inclusive os fascistas:

Com o Decreto nº. 20.047, de 27 de maio de 1931, que instituiu a radiodifusão no Brasil, Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) introduziu elemento inédito no cenário político, uma outra instância de força: a audiência. Movido pela vontade de poder, em seus dois mandatos o rádio teve importância reconhecida, tornando-se instrumento para capitalizar a atenção do ouvinte para suas realizações, ao mesmo tempo em que o próprio Vargas ganhava visibilidade como chefe de Estado (CORREIA, 2015, p. 115).

Ressaltamos ainda que o programa chamado *A Hora do Brasil*<sup>7</sup> tinha como função principal popularizar o governo Vargas. De certa forma, como nos diz Lenharo (1996), o rádio:

---

<sup>4</sup>O rádio nasceu no Brasil, oficialmente, em 7 de setembro de 1922, nas comemorações do centenário da Independência do país, com a transmissão, à distancia e sem fios, da fala do presidente Epitácio Pessoa na inauguração da radiotelegrafia brasileira. Roquette Pinto, um médico que pesquisava a radioeletricidade para fins fisiológicos, acompanhava tudo e, entusiasmado com as transmissões, convenceu a Academia Brasileira de Ciências a patrocinar a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que viria a ser a PRA-2. A rádio só começou a operar, no entanto, em 30 de abril de 1923, com um transmissor doado pela Casa Pekin, de Buenos Aires, instalado na Escola Politécnica, na então capital federal. Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil>. Acesso em: 29.03.2017.

<sup>5</sup>Mais informações disponíveis em: <https://www.todamateria.com.br/historia-do-radio/>. Acesso em: 10/02/2018.

<sup>6</sup>O DIP possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso em: 29.03.2017.

<sup>7</sup>A partir de 1939 a "Hora do Brasil" passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os

[...] permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional... O importante não era exatamente o que era passado e sim, como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes (LENHARO, 1986, p. 42.)

Na década de 1950, tivemos o surgimento da televisão no Brasil. Introduzida no país por Assis Chateaubriand<sup>8</sup>, dono dos Diários Associados<sup>9</sup>, trazendo a tecnologia dos Estados Unidos. Logo a televisão brasileira ganhara o perfil comercial, assim como ocorria nos EUA, e não tardaria para que este veículo de comunicação passasse a ser um dos mais poderosos elementos no controle social e político do país.

A estratégia de utilização dos meios de comunicação como ferramenta ideológica de criação do consenso não é apenas exclusividade de quem está diretamente ocupando os postos de chefe do executivo, como vimos no caso de Getúlio Vargas. Durante o Governo de João Goulart (1961-1963), o rádio e a televisão foram usados maciçamente na campanha de desestabilização do seu governo, promovido pelos seus opositores. Como nos apresenta René Dreifuss (1981), o complexo IPES/IBAD, juntamente com o capital multinacional associado, Estados Unidos e forças militares, foram responsáveis pelo golpe que destituiu o presidente eleito João Goulart<sup>10</sup>. Dentro da sua pesquisa empírica, ele destaca também a utilização dos sistemas de radiodifusão por estes grupos:

A elite orgânica, por meio de seu grupo de opinião pública e o grupo de doutrina e estudo de São Paulo, mostrava-se bem dinâmica no rádio e televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual organizava

---

atos do presidente da República e as realizações do Estado, "Hora do Brasil" incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela "boa música" através da audição de autores considerados célebres. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em : 29.03.2017.

<sup>8</sup>Jornalista; senador em Pernambuco 1952-1955; senador no Maranhão 1955-1957; embaixador brasileiro na Inglaterra 1957-1960. Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino O Jornal, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o Diário da Noite, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como Diários Associados. Assim, em 1927, fundou a revista O Cruzeiro, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Assis Chateaubriand).

<sup>9</sup>Grande grupo de comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand, fundado em 1924, reunia no período 31 jornais diários, 5 estações de rádio e 9 estações de televisão, ainda hoje é o terceiro maior grupo de mídia do Brasil.

<sup>10</sup>No próximo capítulo faremos uma análise mais detalhada do golpe de 1964, e abordaremos a interpretação do autor René Dreifuss com mais detalhes.

um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o executivo. (DREIFUSS, 1981, p.244).

No período de Ditadura Empresarial-Militar<sup>11</sup>, houve a utilização dos meios de comunicação para fazer a propaganda do Governo e o apoio dos grandes grupos de comunicação do país. Nunca é demais lembrar que um dos pilares básicos para manutenção do regime era a propaganda, inclusive tendo a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), como organizadora de todo aparato de divulgação do regime que teve como originário o antigo DIP, agora mascarado com o “jargão que pretendia estabelecer os objetivos das atividades de “comunicação social da ditadura” ”(FICO, 2004, p. 196). Além disso, não há como não lembrar dos slogans “Ninguém segura o Brasil”, “Este é um país que vai pra frente”, “o Brasil é feito por nós”, veiculados diariamente na televisão. De acordo com Fico, “os analistas que se debruçam sobre o tema tiveram a impressão de que o regime militar delineou de maneira integrada um sistema de propaganda política que amparava ideologicamente a repressão e buscava encobri-la” (FICO, 2004, p. 196).

Observamos que desde seus primórdios, o papel da mídia no Brasil possui um caráter contraditório. Os envolvidos no processo comunicativo quase sempre se utilizaram de métodos autoritários e monopolizantes, com apuradas estratégias para camuflar suas reais finalidades. A ditadura só veio a contribuir ainda mais para a utilização desse aparato como poderoso criador de consenso:

Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio das mídias que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas idéias, no Brasil a mídia desempenha um papel mais ideológico, do que informativo mais voltado a disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados [...] essa função de controle é facilitada pelo monopólio das propriedades pela elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSKI, 1998. p. 17)

Para resumir, compartilhamos a análise de Daniel Herz (1989) no que se refere à história da radiodifusão no Brasil:

[...] constatamos três grandes fases da radiodifusão brasileira. Na primeira [1919-1930, introduz-se no país a tecnologia; na segunda [1930-1945], cria-se o primeiro grande sistema nacional de comunicação, promovido e

---

<sup>11</sup> Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não militares, é bastante notável (DREIFUSS, 1981, p.361).

controlado pelo Estado; na terceira [1945-1987], internacionalizando-se a economia, internacionalizam-se também os meios de comunicação de massa que se expandem violentamente, afirmando progressivamente a hegemonia da atuação privado-comercial (HEIZ, 1989, p. 75).

No decorrer dos próximos capítulos deste trabalho, veremos como a apropriação dos veículos de comunicação de massa no Brasil, por políticos e grandes empresários, durante a ditadura e o período chamado de “transição”, foi uma grande estratégia para a conquista da hegemonia e difusão da ideologia dominante.

## **CAPÍTULO 2: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR, DITADURA E TRANSIÇÃO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS OLIGOPÓLIOS MIDIÁTICOS NO BRASIL.**

O período da ditadura empresarial-militar no Brasil contribuiu significativamente no processo de construção dos oligopólios midiáticos que se formaram, dando apoio ao regime instaurado em abril de 1964, atuando muitas vezes como um partido político<sup>12</sup>. Abordaremos neste capítulo algumas perspectivas que contribuem para o debate historiográfico acerca destes anos conturbados e o crescimento dos grupos midiáticos no país.

### **2.1 Breve Balanço Historiográfico: Golpe de 1964 e Ditadura Empresarial-Militar**

Não há consenso entre os historiadores para conceituar as características do Golpe que deu origem ao regime político ditatorial pós 1964 e todo o seu percurso até as eleições de 1989. As diversas análises que envolvem as discussões sobre o Golpe, que depôs o presidente democraticamente eleito do Brasil, assim como o regime instaurado pelos longos e tenebrosos 21 anos que se seguiram, tornaram-se cada vez mais intensas nos ambientes acadêmicos.

Lançando nossos olhares para algumas destas diferentes interpretações, temos a intenção aqui de construir um painel sobre suas linhas centrais, elencando os pontos principais que permeiam suas estruturas e tentar, assim, estabelecer parâmetros de compreensão acerca desse período da história recente do Brasil. A nossa intenção é estabelecer uma análise dentro do campo da historiografia, não obstante, sabemos que fazer a apreciação do período ditatorial inicialmente ficou a cargo de cientistas políticos e jornalistas, não aqui negar a respectivas relevância desses estudos.

Observamos que “as duras condições de sobrevivência, o patrulhamento ideológico, a proibição explícita e a autocensura foram empecilhos que restringiram os debates” (PADRÓS, 2007, p 43). Ressalta-se que a falta de documentação e os esforços dos ditadores em dificultar o acesso aos locais onde estariam importantes fontes, ou até mesmo de eliminar as que certamente lhes trariam problemas futuros, fizeram com que os mais intensos estudos dos

---

<sup>12</sup>O sentido de partido político aqui proposto não diz respeito a uma sigla partidária, mas sim à perspectiva elaborada por Antônio Gramsci sobre a função de organização da vontade coletiva “os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real...” (GRAMSCI, 1999, p. 105)

historiadores sobre o período ficassem para um momento posterior, conforme será abordado nas páginas seguintes.

Entrando, a partir de agora, no caso específico da nossa abordagem, que são as interpretações do golpe, iremos iniciar a discussão usando como referência interpretações ditas tradicionais e revisionistas, que vêm ainda sustentando as agruras de uma história personificada, além de concepções que tratam de uma suposta radicalização tanto da direita quanto da esquerda, tornando assim o Golpe inevitável. De acordo com Jorge Ferreira (2003), o Golpe de 1964 se deu, sobretudo, a partir do processo de “radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa” (FERREIRA, 2003, p.400).

A noção de uma sociedade apática ao que ocorria caracteriza uma afirmação muito controversa, e que mais à frente será discutida. Contudo, notamos que essas construções transitam de forma constante nas universidades, tendo uma grande influência também nos debates que incluem um público mais amplo.

Demian Melo (2014) analisa as características revisionistas de algumas obras que estão em voga na academia atualmente. Dentre elas, destacamos o posicionamento de Argelina Figueiredo (1993). De acordo com Demian Melo, a autora defende a ideia de uma suposta inevitabilidade do Golpe de 1964, haja vista que, segundo ela, havia um desapego, tanto na direita, quanto na esquerda, em relação ao regime democrático, ou seja, o país passaria por um golpe ainda que fosse dado pelos próprios governistas, em virtude do tom “radical” adotado por Goulart, para implementação das reformas de base, não sendo possível implantá-las respeitando os limites constitucionais então existentes, o que ocasionou um isolamento político de João Goulart. Além disso, a autora não reconhece qualquer possibilidade de conspiração direitista durante o processo golpista.

Neste mesmo sentido interpretativo, temos Jorge Ferreira (2003), que denomina o golpe como sendo “civil-militar”, embora não observamos explicitamente quem seriam esses civis. Ele aponta que “grupos sociais”, juntamente com os militares, atuaram conjuntamente para a realização do golpe. “Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupação de respeitar as instituições democráticas (FERREIRA, 2003, p.400). O autor se refere aos adversários políticos, como por exemplo, o PTB, que deveria ser expurgado do cenário político. Observamos neste caso que para o historiador, “o golpe surgiu como uma grande

incógnita” que traria incertezas futuras para todos os grupos, até mesmo para os envolvidos na ação golpista.

Mais uma vez fica evidente a justificativa do golpe pela falta de habilidade de Jango e da radicalização das massas mediante o fracasso do Plano Trienal<sup>13</sup>, forma de tentar uma conciliação com os grupo conservadores, com a intenção de combater a inflação sem “comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária” (FERREIRA, 2003, p. 364).

Outro autor, Daniel Aarão Reis Filho (2002) atribui argumentos personificados, que acabam por demonstrar como causas do golpe as iniciativas de gerais e supostas irresponsabilidades e trapalhadas do presidente Goulart. Assim, “na noite do dia 30 de março de 1964, quando as tropas do general Mourão Filho, desde Juiz de Fora, Minas Gerais, começaram a se movimentar, estavam sendo lançadas, afinal, os dados que decidiriam a sorte do Brasil durante décadas (REIS, 2002, p. 322).

Notamos que o autor atribui a iniciativa do general Mourão Filho como sendo um fator primordial para a realização do golpe “se perdesse, passaria a história como um aventureiro desmiolado. Como venceu, passou por determinado e audacioso, embora bazofeiro (REIS, 2002, p. 322). Em seguida, o autor narra a descida das tropas para o Rio de Janeiro como um episódio novelesco, atribuindo a “derrota” de Jango aos telefonemas e articulações de bastidores, o que ele chamou de “guerra de saliva”, que não conseguiu lograr êxito. Além disso, houve desentendimentos ocorridos entre os aliados de Jango, ou seja, na “esquerda” que não conseguia se articular num momento tão preocupante, mesmo entre as lideranças políticas identificadas com o ideário reformista. “Havia desconfianças, que transbordavam para as entrevistas e se tornavam públicas (...), Arraes desconfiava de Brizola, que desconfiava de Jango, que desconfiava de todos” (REIS, 2002, p. 334).

Posteriormente, em uma aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, o autor corrige-se em relação

---

<sup>13</sup> O Plano Trienal foi elaborado em 1962 por Celso Furtado no governo João Goulart. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário (...) A premissa central do plano propunha o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões, assumindo, para tal, uma estratégia gradualista. Fixando como objetivo a ser buscado a taxa inflacionária de 10% ao ano em 1965 (com meta parcial de 25% para o ano de 1963), o plano não negligenciava a perspectiva desenvolvimentista. Nesse sentido, tratava-se de um instrumento de saneamento econômico cujo objetivo era garantir o financiamento para as iniciativas governamentais em nome do desenvolvimento nacional (dentre as prioridades no planejamento de investimentos públicos estavam muitos dos itens constantes da agenda básica das polêmicas reformas de base). Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica). Acesso em: 05/01/2017.

ao termo “militar”, utilizado em obras anteriores. Daniel Aarão alegou que outros fatores foram fundamentais para o golpe e para o regime, como as conspirações dos grandes grupos da mídia contra o governo, a classe média conservadora, partícipe, por exemplo, das Marchas da Família com Deus pela Liberdade<sup>14</sup>, a popularidade do presidente Médici e as votações expressivas da ARENA<sup>15</sup>. Segundo ele, esses fatores demonstraram o aspecto “civil” do movimento, apoiado pela população brasileira. Entretanto, Aarão não especifica em nenhum momento, quais eram esses grupos, nem exemplifica nenhuma pesquisa relevante que comprove suas deduções.

Ora, mesmo reconhecendo a narrativa factual existente no autor, muito importante para a compreensão histórica, fica muito complicado aceitarmos que um episódio tão complexo como um Golpe de Estado, ocorreu por atos desvairados de certos indivíduos, brigas de partido ou articulações por telefone. Nesse sentido, esta análise, na nossa concepção, apresenta lacunas importantes para explicação de um processo de tamanha complexidade.

Outra linha interpretativa recorrente é a concepção do Golpe como essencialmente militar. Nesse sentido, o historiador Carlos Fico (2004), um defensor assíduo dessa perspectiva, irá atribuir a iniciativa golpista unicamente aos militares, tendo não somente o golpe, mas também todo o regime que se seguiu, o caráter estritamente militar, porém sem descartar o papel do civís na trama:

Nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais gerais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo Jango, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES/IBAD, que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista (FICO, 2004, p. 15).

O aspecto que o autor reforça na sua concepção é que os aparatos que serão criados no pós-golpe irão sustentar o modo militar que o país seria conduzido, ou seja, o autor demonstra

---

<sup>14</sup> A primeira marcha foi realizada em 19 de março de 1964 em São Paulo em reação ao comício das reformas de base e a segunda em 2 de abril do mesmo ano em comemoração ao triunfo do golpe. Reuniam grupos conservadores da sociedade, uma parte da classe média e setores da igreja católica.

<sup>15</sup> Partido político de âmbito nacional, de apoio ao governo, fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Desapareceu em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena>. Acesso em: 10/10/2017.

as especificidades de todo o aparato repressivo do regime, que vai da espionagem à propaganda. Fico atribui os méritos do “sucesso” do regime as articulações militares:

As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime (FICO 2004, p. 38).

Entendemos que de fato a iniciativa militar foi muito importante para a execução do golpe, mas optar por explicar o processo por este único viés não responde a todas as nossas perguntas, pois sabemos que, mesmo com as forças armadas infiltradas no aparato administrativo do Estado, entendemos que não seriam capazes de, sozinhas, dar conta de todas as articulações que ocorreram. A análise de Fico é muito relevante para termos as dimensões de toda a estrutura repressiva organizada dentro do país, e mesmo que não concordemos que somente militares estiveram à sua frente, certamente serviram como a força coercitiva necessária para a permanência do regime repressivo no país.

Temos hoje na historiografia uma concepção que foge um pouco à lógica estritamente militar do golpe de 1964, que já foi observada nos escritos de Carlos Fico. O conceito de civil-militar possui presença marcante nas publicações atuais e se caracteriza como uma alternativa que melhor tenta esclarecer os episódios desse tema. É importante ressaltar que as concepções que incluem civis na trama de 1964 podem possuir também um caráter revisionista, como já fora citado anteriormente nas concepções de outros autores. Contudo, existem algumas concepções se tornaram hegemônicas nos meios acadêmicos, como no diz Napolitano (2016):

Podemos sintetizar três grandes visões hegemônicas sobre o golpe civil-militar de 1964: a tese do “colapso do populismo”, a tese da “grande conspiração” e a tese do “colapso institucional”, esta última associada à “radicalização dos atores”. As três surgiram de trabalhos influentes da Sociologia e da Ciência Política, sendo assimiladas pelos historiadores que, até recentemente, davam pouca importância ao golpe como objeto de pesquisa histórica (NAPOLITANO, 2016, p.3).

Nos escritos do americano Thomas Skidmore (2004)<sup>16</sup> é feito uma análise factual. No livro *Brasil de Castelo a Tancredo*, deixa claro sua perspectiva, tratando o golpe como civil-

---

<sup>16</sup> Thomas Skidmore é considerado como um brasilianista, pois fez seus estudos sobre a política do Brasil no período da ditadura, haja vista que obtinha muito mais acesso aos documentos do que os próprios historiadores brasileiros.

militar. “Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era frustrar o plano comunista. O segundo estabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais” (SKIDMORE, 1988, p.45).

Partimos agora para um ponto crucial da análise que envolve os civis no golpe de 1964. Trata-se da concepção elaborada por René Armand Dreifuss (1987), fundamentada na concepção gramsciana do Estado Ampliado, na qual o Estado assume uma dimensão dupla, dividido entre Sociedade Política e Sociedade Civil, sendo esta “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera da mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1989, p. 73).

Na hipótese de Dreifuss, em seu brilhante estudo empírico, o autor relata todos aqueles que faziam parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo este primeiro uma organização da sociedade civil constituído já no final de 1961, por setores empresariais, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas, o segundo tinha significativa participação no processo político brasileiro desde sua fundação em 1959<sup>17</sup>.

Além de desestabilizar o governo de Goulart, no pós-golpe os representantes desses grupos iriam fazer parte do arcabouço estatal, ocupando as pastas de maior importância na administração pública. Foram os técnicos-empresários que ficaram responsáveis pela condução do regime e, portanto, estavam em consonância com as propostas elaboradas pela elite orgânica e empresarial do IPES/IBAD: estes ficaram responsáveis pelos rumos do Estado:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

---

<sup>17</sup> Em sua tese, Dreifuss estudou a ação de uma importante organização da sociedade civil o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída, já no final de 1961, por setores empresarias, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas (alguns na reserva, como o general Golbery do Couto e Silva). Essa entidade, que desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo João Goulart e de construção de um programa de poder, passaria a atuar ao lado de outras já existentes como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que tinha significativa participação no processo político brasileiro desde sua fundação em 1959; a Escola Superior de Guerra (ESG), que formularia a doutrina de “Segurança e Desenvolvimento”, fundamental na estruturação do regime ditatorial; organizações extremistas como o Movimento Anti-Comunista (MAC); setores expressivos da imprensa; além das tradicionais entidades patronais, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), só para citar as mais importantes (MELO 2012, p. 42-43).

Segundo o autor, o IPES conseguiu concluir seu projeto de forma minuciosa para ocasionar a deposição de Goulart, “com a ocupação vitoriosa de posição-chave da política e da administração, realizando uma profunda mudança no regime” (DREIFUSS 1987, p. 455). O que mais nos chama a atenção no trabalho do autor é o seu cuidado em trabalhar sempre levando em conta a documentação que encontrou no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro “o cientista uruguaio buscou entender a ação desta entidade como a de um verdadeiro “partido político” (no sentido gramsciano) do capital multinacional e associado” (MELO, 2012, p. 43).

Notamos a diferente perspectiva de Dreifuss, em identificar que o movimento de 1964 já vindo sendo gestado nas mais diversas instituições do país, como ele nos mostra, por exemplo, na ampla campanha articulada de doutrinação, em níveis gerais e específicos, com o sentido na tomada de poder do Estado, nos permitindo assim, refletir que não podemos conceber que apenas a iniciativa militar foi capaz de conduzir o processo do Golpe

A doutrinação geral visava a apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomada de decisão políticas e ao público em geral, assim com causar um impacto ideológico em públicos selecionados e em aparelhos do Estado [...] Através da doutrinação específica, a elite orgânica tentava a moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolve-los na ação como uma “classe para si” enquanto consolidava a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante (DREIFUSS, 1981, p. 231, 232).

Temos ainda a explicação que elenca o golpe associado a uma política de Segurança Nacional e Terror de Estado, defendida por Enrique Serra Padrós (2007). Segundo o autor, esse foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com a finalidade de amparar os negócios das classes dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as intenções de questionamento social e de exigência de mudança estrutural, promovidas pelas organizações populares:

A aplicação das premissas da doutrina destruiu as bases da democracia representativa como o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a proibição do funcionamento dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda a oposição. É importante sublinhar que a DSN esteve presente em todos os regimes ditatoriais do Cone Sul, no referido período, independente da especificidade adquirida em cada país (PADRÓS, p. 46, 2007).

O contexto de Guerra Fria nos ajuda a entender bem esta questão. A bipolarização mundial e o medo das superpotências diante do avanço das camadas populares são elementos

que devem ser levados em consideração para a eclosão de um Golpe de Estado. Não por acaso, que o Brasil não foi o único país a sofrer uma intervenção militar, embora tenha sido o primeiro por motivos estratégicos, logo após, quase todos os países do cone sul passaram por momento de ditaduras militares.

Ampliando essa discussão em torno da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), com o acréscimo da terminologia “Desenvolvimento”, temos a autora Maria Helena Moreira Alves (1984), que também entende o movimento de deposição de Jango como Civil-Militar. Observando o interesse maior nesse processo a associação dos interesses nacionais e internacionais, compreendendo essa ideia de Segurança Nacional como uma estratégia “utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (MOREIRA ALVES, 1984, p. 23).

Mediante as interpretações da historiografia aqui apresentadas, observamos que possuem contribuições fundamentais para entendermos o processo político do golpe e regime empresarial-militar, considerando como mais completa a interpretação do cientista uruguaio René Dreifuss, pela riqueza documental do seu trabalho. Dessa forma, percebemos que sem o apoio dos Estados Unidos, da elite empresarial nacional, capital multinacional associado, parte de setores religiosos e empresas da comunicação, os militares provavelmente não lograriam êxito durante tanto tempo a frente do comando do país, período no qual promoveram duas tenebrosas décadas de uma sangrenta ditadura, que propiciou a destruição do estado democrático de direito, aumentou a desigualdade social e empoderou ainda mais as elites hegemônicas.

## **2.2 A Transição em Questão**

Destacaremos agora algumas análises que envolvem o decorrer do processo de transição política no Brasil ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. Entendemos que a discussão historiográfica sobre esse período de transição torna-se indispensável para percebermos a dinâmica política nacional que, como veremos mais adiante, esteve diretamente ligada ao período de maior distribuição de concessões de radiodifusão no Brasil.

O marco cronológico de início desse período na maioria dos autores é o ano de 1974, após a eleição presidencial indireta de Ernesto Geisel. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003) destaca dois pontos distintos para que este ano seja entendido como fundamental para

a abertura política o país, “de um lado, a formulação clara de um processo de inserir o Brasil num Estado de Direito, conforme o projeto Geisel- Golbery e, de outro, a formidável vitória eleitoral do MDB em 1974” (SILVA, 2003, p. 247). Outro autor que destaca este ano como marco inicial é José Murilo de Carvalho (2008), apontando a diminuição da restrição à propaganda eleitoral como uma demonstração de arrefecimento da repressão. Já Alessandra Carvalho (1990) elenca o discurso de Geisel a seus ministros, afirmando suas intenções em transformações no regime.

O período de transição do regime ditatorial instaurado em 1964 se deu em um ritmo gradual e com características muito mais de continuidades e acordos do que de rupturas em relação ao modelo político então vigente. Além disso, o período de abertura política no Brasil foi extremamente longo, “um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram onze anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular” (KINZO, 2001, p.3). A ditadura empresarial-militar contou com fases de institucionalização, como nos mostra Maria Helena Moreira Alves (1985), compreendendo todos os governos dos generais presidentes:

A primeira fase abrangendo os governos de Castelo Branco e Costa e Silva lançaram bases do Estado de segurança nacional, corporificado na constituição de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e aparato repressivo, ampliando o quadro legal da repressão, e, na prática, a engrenagem de coerção (MOREIRA ALVES, 1985, p.185).

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, o processo de distensão é caracterizado como uma terceira fase de institucionalização da ditadura, já que nos governos Geisel e Figueiredo, “os planejadores do Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização em longo prazo” (MOREIRA ALVES, 1985, p.185). As tensões pró-redemocratização vividas pelo regime, como o movimento pela aprovação da Lei da Anistia, a subida de Jimmy Carter à presidência dos EUA, além, é claro, da luta dos movimentos sociais<sup>18</sup> pelo retorno da democracia, são destaques recorrentes entre os autores que abordam esse tema. De acordo com Maria D’Alva G. Kinzo (2001), o projeto inicial de transição foi inteiramente conduzido pelos militares:

---

<sup>18</sup>Partindo da perspectiva dos movimentos sociais, Maria de Glória Gohn (2013) interpreta as mobilizações civis da transição para a democracia de outra forma, ao compreender que os anos de 1975-1982 como sendo das lutas pela redemocratização [...]. Na fase de 1975 – 1982, são citados 22 movimentos, incluídos o movimento feminista, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento pela Anistia, a criação do Movimento Sem-Terra (MST) e o partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo (GOHN, 2013, p.113-115 apud ARAÚJO, 2016, p. 497, 498).

O modo como este projeto de liberalização foi conduzido e a dinâmica do processo político que acabou por levar à democracia foram, no entanto, algo extremamente complicado. Esta fase da transição foi totalmente conduzida pelo governo militar, que definiu tanto seu ritmo como seu escopo. Entretanto, vários fatores influenciaram o curso deste processo (KINZO, 2001, p.5).

Uma questão se torna principal na maioria dos estudos sobre transição. O caráter sempre conservador desse processo de abertura política, marcado por um pacto das elites burguesas dirigentes do país e/ou tutelado pelas forças militares. Neste aspecto, boa parte dos autores dialoga com interpretação semelhante, como Renato Lemos (2002), ao analisar o processo de transição política, observando que “tratava-se de preparar a transição do regime não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma que incorporasse novas forças políticas sem descartar a tutela militar” (LEMOS, 2002, p. 287). Ainda nessa perspectiva, temos Florestan Fernandes (1986) que observa que esse momento de transição, coordenando pelas elites, nada mais é que um processo de interrupção de uma contrarrevolução<sup>19</sup>, quando estas se sentiam ameaçadas pela inquietação social, ou seja, uma forma de recuo das elites, em face da mobilização das massas.

Os militares sozinhos não poderiam decretar a contra-revolução e dar um golpe de Estado de êxito retumbante. De novo, os militares não poderiam dar marcha-ré sozinhos e, ao mesmo tempo, deixar todo o terreno minado (...) militares e civis dos estratos dominantes das classes altas não romperam as composições que conduziram primeiro, à ditadura e, em seguida, a uma mortífera transição conservadora (FERNANDES, 1986, p. 11.).

A perspectiva de Florestan ressalta que no Brasil os militares não foram retirados do poder, mas prepararam uma retirada estratégica, mantendo seus privilégios intocados, o que não nega o fato que, de certa forma, a ditadura sofreu uma derrota, mesmo que esta tenha sido para se conservar.

Outro autor que trata do processo de transição é Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), utilizando-se da análise de Guillermo O'Donnell, distingui duas formas clássicas de transição: “uma, rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominada transição por colapso; outra lenta e gradual, segura para as forças então no poder (...). Esta seria

---

<sup>19</sup> A contra-revolução pode ser entendida não só como movimento subsequente a uma Revolução vitoriosa, com o objetivo de destruir suas vantagens, mas também como um movimento orientado tanto a impedir que se dê uma Revolução, quanto a pôr obstáculo a mudanças de grande envergadura que ameaçam seriamente as bases do poder de certos grupos dominantes. Numa sociedade que não tenha ainda atingido a fase revolucionária, estas tentativas de impedir mudanças profundas traduzem-se em repressão violenta e são freqüentemente definidas com a palavra reação (BOBBIO, 1998, p.1129).

denominada transição pactuada” (SILVA, 2003, p. 273). Para este último caso, o autor nos apresenta os exemplos da Espanha, Chile e Brasil. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, existem fatores fundamentais no processo de abertura política no Brasil, em que podemos destacar: a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter; condicionantes da economia mundial; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia de Geisel-Golbery; e a ação autônoma, porém condicionada da oposição:

O projeto de abertura [...] deveria claramente evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais de dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte- das chamadas salva guardas do regime, as medidas necessária para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso da quebra da constitucionalidade e outra partir de 1983, tendo como a campanha das Diretas Já como fundamental no processo de transformação a partir da participação popular (SILVA, 2003, p. 262, 263).

Vemos que em sua linha interpretativa, o autor nos remete a duas fases de abertura política no Brasil, uma sob tutela militar, iniciada ainda na década de 1970, e outra a partir de 1983, tendo como marco a campanha das Diretas Já<sup>20</sup>. Fundamental no processo de transformação a partir da participação popular. Nessa perspectiva, para que obtivesse êxito, o movimento de abertura elaborado por Geisel e Golbery não ficaria às claras para a sociedade civil, devendo permanecer sob a tutela militar de forma gradual, embora não em todo processo.

Assim como o debate a respeito do Golpe de 1964 e das características do regime, a discussão historiográfica sobre o processo de transição possui várias interpretações. Algumas de caráter revisionista, que na tentativa de amenizar os efeitos devastadores do regime acabam por encurtar o período. Destacamos com mais ênfase Daniel Aarão Reis Filho (2000).

Nossa escolha recai em 1979, quando deixou de existir o Estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a Anistia, ensejando a volta do exílio dos principais líderes das esquerdas brasileiras. Daí em diante, abriu-se um período de transição, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno Estado de

---

<sup>20</sup> Movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso: 06.11.2017.

Direito em nosso país. E assim, da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência, cordialmente, sem revoluções ou morte d'homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente (REIS FILHO, 2000, p.11).

Segundo o autor, o período de transição figura do ano de 1979 até 1988, diferentemente dos outros autores já citados, que têm 1974 como ano base para início do processo. Assim sendo, a transição para a democracia no Brasil ocorreu de forma pacífica, ou sem mobilização social e/ou pressões dos grupos que lutavam pelo fim da ditadura, ignorando, por exemplo, que a atuação dos movimentos sociais, as campanhas pelas eleições diretas tenham partido da insatisfação popular contra o regime e sim de uma abertura cordialmente acordada.

Seguiremos agora numa perspectiva muito mais ampla, que trata desse momento de transição para esse novo regime. Temos como base a interpretação do autor Basílio Sallum (1996), que analisa esse momento como um processo de crise de hegemonia no meio militar, mediante a heterogeneidade política e ideológica existente nos gerenciadores do país. Segundo afirma Monica Piccolo, “O ponto de partida para Sallum para analisar o fim do regime militar-autoritário no Brasil é a constatação da ausência de consenso entre os próprios militares” (PICCOLO, 2010, p.179):

A crise do regime político militar-autoritário foi a face mais visível dos impasses que atingiram o núcleo político da sociedade brasileira no início dos anos 80. Na passagem para a nova república, o velho regime despiu sua vestes militares, mas manteve a estrutura básica de poder construídas pelas forças armadas a partir de 1964 (SALLUM, 1996, p. 119).

De acordo com Sallum, a transição não modificou a institucionalidade do modelo então vigente, conseguindo transmitir para o novo presidente uma carga de poder centralizado, adquirido durante a Ditadura Empresarial-Militar. Assim, a “coesão das forças políticas que gestaram a nova república era literalmente frágil, mesmo assim permitiu empossar a figura contraditória de José Sarney para a presidência em função da morte de Tancredo Neves” (SALLUM, 1996, p. 117). Mesmo sendo o primeiro civil a tomar posse após vinte e um anos de ditadura, o presidente José Sarney não representou mudanças de grandes proporções no campo institucional, muitas vezes utilizando-se ainda de práticas dos governos militares e com a participação dos mesmos em alguns cargos de primeiro escalão,

mediante a união entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o que viria a ser o Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>21</sup>.

Não obtendo a unidade política necessária, o governo foi marcado por inúmeras crises, tanto políticas, quanto econômicas, com o Plano Cruzado conseguindo certo “sucesso” inicial, mas caindo posteriormente no abismo da hiperinflação.

Os primeiros momentos do plano foram marcados pela queda substancial da inflação e pelos primeiros indícios da existência de excesso de demanda. O apelo presidencial à população para que fiscalizasse o congelamento dos preços foi entendido como dever cívico e tornou-se “a peça fundamental do programa de estabilização” (...) apesar do sucesso inicial do Plano, em pouco tempo a estratégia original trilhou outros caminhos (...). A partir de julho de 1986, o Governo já se mostrava imóvel diante da escassez de produtos e da deterioração das contas públicas (PICCOLO, 2014, p.262, 263).

Foi no governo de José Sarney que houve a maior distribuição de concessões públicas para rádio e televisão já vistas na história do Brasil. “Nos cinco anos da gestão José Sarney foram distribuídas 1.091 concessões, das quais apenas 65 foram submetidas ao Congresso, ou seja, ocorreram depois da promulgação da Constituição, em outubro de 1988” (MOTTER, 1994, p. 110). Este volume assombroso de concessões chegou a superar até mesmo o seu antecessor, o presidente Figueiredo, que distribuiu praticamente 1/3 das concessões existentes no país desde o início da radiodifusão no país<sup>22</sup>.

Mesmo apresentando um discurso inicial de moralização e revisão de critérios para concessões de radiodifusão, alegando as características clientelistas utilizadas nos governos autoritários anteriores, o ministro Antonio Carlos Magalhães<sup>23</sup> declarava que era preciso “promover estudos para fixar critérios de concessão de emissoras de rádio e TV (...), contudo ACM, não só manteve as antigas concessões como se utilizou da ameaça de revisão a fim de obter apoio em outras áreas” (CAPARELLI; RAMOS; SANTOS, 1998, p.7), como por exemplo, para a votação da constituinte e obtenção de apoio político em vários estados<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup>Partido político nacional criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 28 de março de 2007 passou a se chamar Democratas (DEM). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-frente-liberal-pfl>. Acessado em 12/11/2017.

<sup>22</sup> Durante o governo Figueiredo (1979-1985), foram concedidos nada menos do que 634 canais de radiodifusão, 295 rádios AM, 299 rádios FM e 40 emissoras de TV (MOTTER, 1994, p. 108).

<sup>23</sup>Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes>. Acessado em 13/11/2017.

<sup>24</sup> No capítulo a seguir será feito um breve levantamento das concessões fornecidas para políticos de alguns estados brasileiros, com ênfase voltada ao estado do Maranhão, terra natal do presidente Sarney.

### **2.3 O Desenvolvimento do Império Midiático erguido sobre o Sangue da Ditadura Empresarial-Militar**

Os meios de comunicação foram fundamentais no processo de divulgação da ideologia política e econômica implementada durante a Ditadura Empresarial-Militar. A ampliação da infraestrutura dos veículos de comunicação, como veremos agora, estava diretamente ligada à ideia de integração nacional difundida pela ideologia de Segurança Nacional. Não à toa, durante a campanha de desestabilização do governo Goulart, “o IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto a opinião pública através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais e rádios e televisões nacionais” (DREIFUSS, 1981, p. 233).

Analisaremos aqui como o período ditatorial foi fundamental para o rápido crescimento dos grupos de comunicação no Brasil. Destacaremos com mais ênfase o caso da Rede Globo. Vale ressaltar que “o incentivo dos militares à formação de outras redes só viria no governo Figueiredo, já na década de 80, com a divisão do espólio da antiga TV Tupi entre os grupos Bloch e Silvio Santos, gerando a Rede Manchete e o SBT” (CAPARELLI; RAMOS; SANTOS, 1999, p.5). De acordo com Sonia Mendonça (1986), o projeto de desenvolvimento econômico e político dos governos militares, que privilegiou o capital monopolista e financiou a formação do capital fixo das empresas privadas, foi fundamental para esse processo, com a participação maciça dos EUA e do capital multinacional associado como já foi anteriormente citado, na análise de René Dreiffus.

Sobre os grandes impérios empresariais erguidos durante a ditadura Melo (2012), ressalta que:

Em relação aos grandes impérios empresariais constituídos sob a ditadura, caberia também mencionar os grandes grupos monopolistas do setor de comunicação de massa, como é evidente o caso das Organizações Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993) (MELO, 2012, p. 51).

O documentário do qual se refere o autor, nos mostra como a Rede Globo construiu a exploração e uso político da informação, e serviu de departamento de propaganda para o governo empresarial-militar. “A partir da década de 70, passou a absorver mais de 40% da totalidade das verbas publicitárias disponíveis no País e desse modo condicionou todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa” (HERZ, 2009, p. 25).

Neste mesmo documentário de Simon Hartog<sup>25</sup>, intitulado, Muito Além do Cidadão Kane (1993)<sup>26</sup>, proibido de ser exibido em TV aberta no Brasil desde seu lançamento em 1993<sup>27</sup>, nos dá um panorama muito relevante, do que representou a Ditadura Empresarial-Militar para o Grupo Globo e seu fundador Roberto Marinho<sup>28</sup>.

Se de um lado o governo fornecia a infraestrutura necessária, do outro a emissora fazia a defesa do regime. Dessa forma, nenhum outro grupo de comunicação se beneficiou tanto com os governos militares quanto a rede Globo. Isso vai ficar nítido durante todo o período militar e inclusive no processo de transição, que veremos mais adiante:

Os militares brasileiros priorizaram alguns setores estratégicos da economia, investindo em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial acelerado e fortemente controlado. As telecomunicações estavam entre esses setores estratégicos e foram fortemente privilegiadas. Durante os primeiros períodos militares, entre 1965 e 1972, foram criados a Embratel, o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás, possibilitando a implantação de uma sofisticada infra-estrutura de telecomunicações que ligaria os quatro cantos do País, inicialmente por uma rede de microondas, complementada depois por satélites nacionais e, mais tarde, também por extensas ligações físicas por fibras ópticas. Esses investimentos do Sistema Telebrás favoreciam, no campo da comunicação de massa, a formação de redes de televisão nacionais (CAPARELLI; RAMOS; SANTOS, 1998, p.11).

---

<sup>25</sup>Simon Hartog fazia parte de um grupo de cineastas europeus de *avant garde* e de esquerda, que se reuniam na *London Coop*. Todos estavam envolvidos com a produção de filmes considerados ‘sensíveis’. Anos antes de produzir *Beyond Citizen Kane*, ele já tinha visitado nosso país e realizado ‘*Brazil: Cinema, Sex and the Generals*’, sobre a produção de ‘pornochanchadas’ durante o período da ditadura. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp1507200392.htm>, acesso em: 10/11/2017.

<sup>26</sup>O filme foi produzido de forma independente com apoio da BBC, TV pública britânica, e se baseia nos trabalhos de Romero Machado “A fundação Roberto Marinho” e Daniel Herz “A história secreta da Rede Globo”, que documentam os processos de formação e funcionamento da referida empresa [...] O título busca associar Roberto Marinho, considerado o marechal civil do golpe de 1964, ao personagem de Orson Welles, protagonista do filme “Cidadão Kane”. Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=577>, acesso em: 10/11/2017.

<sup>27</sup>Atualmente o documentário está disponível para o acesso público em: <https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>.

<sup>28</sup>Roberto Marinho nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de dezembro de 1904, filho de Irineu Marinho Coelho de Barros e de Francisca Pisani Barros. Seu pai, jornalista renomado, fundou os jornais A Noite em 1911 e O Globo em 1925. Seus irmãos, Rogério e Ricardo Marinho, dedicaram-se também ao jornalismo, participando da direção de O Globo. A partir de 1961 Roberto Marinho moveu através do seu jornal e sua rádio uma campanha sistemática contra as propostas de Goulart, principalmente as reformas de base, metas fundamentais do governo, denunciando o que considerava a “comunicação” do país. Em vista disso, segundo René Dreifuss, associou-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), organização de empresários criada em 1962 com o objetivo “de defender a liberdade de imprensa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo Goulart”, e deu apoio ao movimento político-militar de março de 1964.

A TV Globo possui concessão de 1958<sup>29</sup>, porém só entra em funcionamento em 1965 devido à falta de estrutura necessária para iniciar suas atividades. Passa então a contar com o apoio do governo e faz um contrato ilegal, com o grupo estrangeiro *Time-Life*<sup>30</sup>, infringindo a legislação da época, que não permitia a participação estrangeira em empresas jornalísticas<sup>31</sup>. Contudo, de acordo com Rummert (1986), essa proibição foi burlada. Vale ainda ressaltar que o contrato que firmava o novo acordo Globo/Time-Life foi elaborado pelo advogado Luís Gonzaga do Nascimento Silva, que logo depois integrou o Gabinete do Ministro do Planejamento, Roberto Campos:

Também em virtude da infringência legal foi assinado, em 15 de janeiro de 1965, um novo contrato, em substituição ao anterior, em que, através de alguns artifícios a ingerência do grupo estrangeiro era simulada. Para tornar menos clara a violação da Lei, foi firmada, neste contrato, a venda do prédio da TV Globo, no Rio, ao Grupo Time/Life, que o alugaria a própria emissora. Desta maneira, a remessa de recursos do grupo norte-americano tornava a forma de pagamento pelo imóvel e a remessa dos lucros aqui obtidos também ficava acobertada, sendo enviada para os EUA, sob a forma de um aluguel equivalente "a 45% dos lucros líquidos da TV Globo"(RUMMERT, 1986, p.229).

Mediante esses e outros abusos cometidos pelo grupo Globo/*Time-Life*, foi aberto uma CPI na Câmara para apurar as supostas irregularidades. Mesmo em pleno regime ditatorial, o governo foi obrigado a abrir as investigações, motivado pelas pressões políticas que estava recebendo. A CPI investigou e decretou que a emissora sofreu intervenção estrangeira em seus negócios, colocando a segurança do país em risco<sup>32</sup>. Entretanto, tudo não passaria de uma cortina de fumaça, pois pouco tempo depois o grupo Globo, ao invés de ter sua

<sup>29</sup>Decreto que autorizou o funcionamento da TV globo. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv\\_Identificacao/DEC%2055.782-1965?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/DEC%2055.782-1965?OpenDocument). Acesso em 09/11/2017.

<sup>30</sup>Grupo norte americano *Time Incorporated*, conhecido como grupo *Time/Life*, considerado um dos grandes grupos empresariais dos EUA, era proprietário de quatro grandes revistas: "*Time*", "*Life*", "*Fortune*" e "*Sports Illustrated*", tendo também, sob seu controle, vários canais de televisão e emissoras de rádio, uma editora, fábricas de papel e de madeira de construção, além de poços de petróleo e propriedades imobiliárias (RUMMERT, 1986, p.229).

<sup>31</sup> De acordo com a constituição de 1946, Art. 160. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas excetuadas os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 09/11/2017.

<sup>32</sup>"Os contratos firmados entre a TV Globo e o Time/Life ferem o artigo 160 da Constituição porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa da sociedade concessionária de canal de televisão; por isso, sugere-se ao Poder Executivo aplicar à empresa faltosa a punição legal pela infringência daquele dispositivo constitucional" Trecho do parecer da CPI (CAMPARELLI, 1982, p. 29).

concessão cassada “por intermédio do CONTEL, como previa a legislação, deu a emissora um prazo de 90 dias para que sua situação fosse regularizada, em resposta às conclusões da CPI” (RUMMERT, 1986, p. 233). Logo em seguida, em 1967, tal legislação que proibia a ingerência estrangeira nos meios de comunicações sofreu uma alteração de acordo com a nova Lei de Imprensa<sup>33</sup>, por meio do decreto lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, em seu 5º artigo<sup>34</sup>. O desfecho deste caso comprova o favorecimento do governo empresarial-militar ao Grupo Globo, ainda que posteriormente o contrato fosse cancelado:

Ao ser nacionalizado, a TV Globo já havia usufruído da vantagem dos dólares e da experiência gerencial norte-americana para implantar sua organização em rede e para atingir a extraordinária liderança que marcou sua história na década de 70. O acordo Globo-Time/Life favoreceu, ainda, significativamente, as finanças da Globo, permitindo-lhe obter empréstimos livres de juros na sua fase de crescimento, o que propiciou a compra de equipamento: sofisticados e a contratação dos melhores profissionais da área. Por outro lado, quando se ausentou da Globo, o grupo Time/Life já havia imprimido à emissora brasileira o sistema administrativo, a tecnologia, o tipo de programação, o conteúdo e o tratamento da informação semelhantes ao modelo norte-americano (RUMMERT, 1986, p. 235).

Mesmo com o cancelamento do contrato, a empresa já havia obtido as condições necessárias para alavancar seus negócios e assim poder servir como um poderoso Aparelho Privado de Hegemonia para o governo empresarial-militar, atuando intensamente na divulgação da ideologia dominante e tornando hegemônico o seu projeto da fração de classe política e econômica brasileira.

## **2.4 Marco legal da comunicação no Brasil: a atuação do Estado Restrito**

Como já analisado anteriormente, Antonio Gramsci considera o Estado em uma dupla dimensão, composto pela união da Sociedade Política (Estado Restrito) e Sociedade Civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) em busca de alcançar a hegemonia. Neste tópico, veremos claramente a interação destes dois elementos na consolidação do projeto da fração de classe das comunicações no Brasil.

---

<sup>33</sup> Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e serviu como instrumento de repressão à liberdade de expressão. Sob a batuta dessa Lei, vários atos de censura foram cometidos conferindo obstáculos ao trabalho da imprensa no país. Disponível em: <https://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/viewFile/26/25>. Acesso em: 07/01/2018.

<sup>34</sup> 5º As proibições a que se referem o § 2º do art. 3º e o § 1º do artigo 4º não se aplicam aos casos de contrato de assistência técnica, com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referente à fase de instalação e início de funcionamento de equipamento, máquinas e aparelhamento técnicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm). Acessado em 17/11/2017.

A legislação específica que regula os parâmetros que se fazem necessários para que se estabeleça o serviço de radiodifusão no Brasil é o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Resultante da lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 e, passando constantemente por emendas constitucionais, o CBT também regula as telecomunicações brasileiras no âmbito gerais o que inclui, por exemplo, serviços de telefonia dentre outros<sup>35</sup>.

No Brasil, tudo que se refere ao setor de comunicações sempre passou pela regulamentação estatal, como no mostra Jambeiro (2001), “o primeiro ato regulatório referente a serviços de telecomunicações no Brasil foi o Decreto Imperial 2.614, de 21 de julho de 1860, três anos depois de ser inaugurado o primeiro serviço telegráfico no país” (JAMBEIRO, 2001, p. 52). Ainda segundo Jambeiro (2001), com a expansão da radiodifusão no Brasil na década de 1930, sua primeira legislação é enfática ao demonstrar o interesse primordialmente público como sendo de interesse nacional, dentre outras obrigações:

O decreto 20.047, de 27 de maio, no qual a radiodifusão é explicitamente citada, pela primeira vez na história do país, em um texto legal. Esse decreto estabeleceu condições para a concessão de serviços radiofônicos, previu a criação de uma rede nacional de radio, e fixou as exigências técnicas a serem seguidas pelos concessionários. Radiodifusão era concebida como sendo um serviço de interesse nacional, com caráter educativo, sendo as emissoras permitidas a vender até 10 por cento do tempo para inserção de anúncios (JAMBEIRO, 2001, p. 53).

Passando por várias modificações durante os governos Vargas e durante o período democrático a legislação brasileira sobre as comunicações nacionais fica oficializada em 1962 com a criação do CBT, que fora regulamentado no ano seguinte e passou a contar com uma série de órgãos responsáveis por todo o funcionamento das telecomunicações, desde legislação a aparatos tecnológicos, financeiros, fiscalização, planejamento e execução dos serviços:

O Código abrange os seguintes assuntos gerais: a classificação dos serviços de telecomunicações, definições, a competência para execução e controle desses serviços, o Conselho Nacional de Telecomunicações - Contel (órgão regulador, depois transformado no Ministério das Comunicações), o Departamento Nacional de Telecomunicações - Dentel (agência executora, depois extinta, sendo suas funções absorvidas pela estrutura do Ministério

---

<sup>35</sup> Art. 4º Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais. Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4117Compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117Compilada.htm) Acesso em 21/11/2017.

das Comunicações), processos de licenciamento, Plano Nacional de Telecomunicações, taxas, Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel (companhia pública encarregada dos serviços de satélite e de longa distância), Companhia Brasileira de Telecomunicações - Telebrás, e Fundo Nacional de Telecomunicações (JAMBEIRO, 2001, p. 58 e 59 ).

Como já foi dito anteriormente, durante o governo empresarial-militar os investimentos no setor de comunicações foram volumosos, juntamente com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, a partir do decreto nº 62.236, de 8 de fevereiro de 1968, que viria a substituir o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que até então era o órgão regulador das comunicações. Durante o período de implantação do CTB, houve a participação massiva da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT<sup>36</sup>, fundada às pressas pelos proprietários das empresas de comunicação do Brasil, juntamente com políticos proprietários de veículos de comunicação, no processo de derrubada dos 52 vetos<sup>37</sup> do presidente João Goulart em relação à liberalização do CBT.

De acordo com o CBT, os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão<sup>38</sup>, que tem a duração de quinze anos para televisão e dez anos para rádio, podendo ser renovada por igual período, se nada de irregular for comprovado contra a emissora.

---

<sup>36</sup> Em agosto de 1962, era grande a preocupação dos empresários ligados à radiodifusão. Após um debate que durou quase dez anos, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei nº 4.117, responsável por instituir o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) (...). Até então, as emissoras de radiodifusão reuniam-se em sindicatos e associações estaduais, como o Sindicato das Empresas Proprietárias, a Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP) – presidida por João Calmon, representante dos Diários Associados, futuro primeiro presidente da Abert até 1970, deputado federal e senador -, a Associação Bahiana de Radiodifusão (ABART) e Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco (Asserp). Às vésperas da apreciação dos vetos de João Goulart pelo Congresso Nacional, esses sindicatos e associações reuniram em Brasília, no Hotel Nacional, representantes de 213 empresas do setor. No dia 26 de novembro, não houve quorum para a apreciação dos vetos de João Goulart ao CBT. No dia seguinte, foi oficialmente fundada a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), sociedade civil sem fins econômicos e com duração indeterminada. Do nascimento da entidade e de seus primeiros anos participaram profissionais com destaque no cenário político, radialistas e especialistas em radiodifusão, como, por exemplo, José de Almeida Castro, Mário Ferraz Sampaio, Enéas Machado de Assis (veterano dos debates no Congresso Nacional sobre o CBT), Antônio Abelin (ex-vereador em Santa Maria, Rio Grande do Sul), Clóvis Ramallete (futuro ministro do Supremo Tribunal Federal), Nagib Chede (futuro deputado), além de João Calmon e outros. (...) Menos de dois anos após a sua fundação, a Abert, no III Congresso Brasileiro de Radiodifusão de 1964, aprovou o primeiro Código de Ética da Radiodifusão – válido até 1980 – e uma minuta de anteprojeto de regulamentação da profissão de jornalista, além de ter iniciado campanha pela regulamentação da cobrança de direitos autorais. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-emissoras-de-radio-e-televisao-abert> Acesso em : 22/11/2017.

<sup>37</sup> O presidente da República, João Goulart, enunciou 52 vetos ao CBT: (...) Dentre os temas tratados estavam a impossibilidade da renovação automática da outorga em caso de silêncio do órgão regulador e o reconhecimento da culpa das emissoras na divulgação de notícias falsas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-emissoras-de-radio-e-televisao-abert> Acesso em : 22/11/2017.

<sup>38</sup> Artigo 32 do CTB.

Concessão é o ato presidencial que concede a uma pessoa o direito de executar e explorar serviços de radiodifusão, durante um tempo determinado. Esta definição se difere da de Permissão, entendida como a autorização para retransmitir sinais de TV, emitidos por estações de radiodifusão. A primeira só pode ser licenciada pelo presidente; a segunda, pelo Ministro das Comunicações. Nem a concessão nem a permissão dão aos concessionários direitos exclusivos de explorar estes serviços. Como Estados e municípios são excluídos, por lei, de assuntos relativos às telecomunicações, somente o governo federal pode autorizar a execução dos serviços de radiodifusão. As concessões e permissões para radiodifusão de rádio e TV valem por um período de dez e quinze anos, respectivamente. Sucessivas renovações são permitidas para períodos de igual duração, dependendo de avaliação do Ministério das Comunicações e, no caso de emissoras de rádio e TV, decisão presidencial (JAMBEIRO, 2001, p. 59,60).

Outras questões legais que nos interessam nessa discussão é a participação de partidos ou políticos no controle das empresas de radiodifusão. Observamos no CBT que é vedada a propagação de opinião a respeito de partidos políticos, representantes ou candidatos nas emissoras de rádio e TV<sup>39</sup>, além disso, parlamentares e pessoas com cargos com foro privilegiado são proibidos de exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão<sup>40</sup>.

Durante o processo de aprovação da Constituição brasileira em 1988, como visto no capítulo anterior, foi imensa a distribuição política de concessões para parlamentares através do presidente José Sarney. Contudo, a mesma constituição em seu artigo 54, da seção V, que trata dos parlamentares, proíbe veementemente a firmação de contrato com concessionária pública<sup>41</sup>, ou seja, estariam impedidos de possuir concessões de veículos de radiodifusão. Todavia, veremos que atualmente uma grande parte das empresas de radiodifusão no país ainda é controlada por políticos ou por parentes próximos, os chamados “laranjas”, numa tentativa de burlar a lei. Como citado anteriormente, o presidente José Sarney e seu antecessor, General João Baptista Figueiredo, foram os maiores distribuidores de concessões para veículos de radiodifusão em troca de apoio político, como nos aponta Daniel Heiz:

---

<sup>39</sup>Art. 47 do CBT. Nenhuma estação de radiodifusão, de propriedade da União, dos Estados, Territórios ou Municípios ou nas quais possuam essas pessoas de direito público maioria de cotas ou ações, poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/D52795compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D52795compilado.htm) . Acesso em: 23/08/2017.

<sup>40</sup> Parágrafo único do CBT.

<sup>41</sup>Artigo 54 da Constituição Federal proíbe firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; Perderá o mandato o Deputado ou Senador: I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21/08/2017

Agora (maio de 1986), Aécio entrou em concorrência junto ao Dentel para ser contemplado com a concessão de três emissoras de rádio: uma em São João, a Rádio FM Colonial, em sociedade com o tio Tancredo Augusto, que troca a rádio AM herdada de Tancredo Neves, as outras em Cláudio, onde a família Neves tem uma fazenda, e Divinópolis, por onde estende sua influência política (HEIZ, 1989.p. 68).

Membros de famílias tradicionais da política brasileira se tornaram os maiores contemplados com a política de apoio em troca de concessões. Em Minas Gerais, a família de Tancredo Neves é um exemplo dessa prática, como nos mostra o trecho da coluna radar, da revista Veja de 18 de fevereiro de 1987:

### Imagem 1: Aécio ganha rádio FM em Betim



Fonte: Revista Veja, 18 de fevereiro de 1987, p 39.

Notamos como todo esse processo foi se construindo ao longo dos anos. Famílias tradicionais da política trataram de aproveitar o momento de distribuição para captar veículos de radiodifusão. Hoje, como nos mostra o a tabela a seguir, a comunicação brasileira está nas mãos das elites políticas locais da maioria dos estados brasileiros, onde destacamos uma enorme quantidade de geradoras<sup>42</sup> e retransmissoras<sup>43</sup>. O fato de vários políticos controlarem grande parte dessas emissoras não significa que sejam simples concorrentes. Em muitos estados, essa concentração assemelha-se a uma espécie de feudo. Vale lembrar que nesses levantamentos, os proprietários nem sempre são “políticos profissionais”, como no caso do

<sup>42</sup> Emissora geradora caracteriza o local onde é gerada a transmissão, onde são abrigados os equipamentos necessários para o seu funcionamento, estúdios etc.

<sup>43</sup> Retransmissão de Televisão, é o serviço destinado a retransmitir, de forma simultânea, os sinais de estação geradora de televisão, para a recepção livre e gratuita pelo público em geral. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/tv.asp>. Acesso em: 09/01/2018.

Maranhão com Fernando Sarney, que jamais assumiu cargos eletivos, além do grupo de “Mário Petrelli, em Santa Catarina e no Paraná. “Petrelli jamais exerceu mandato eletivo, mas tem forte atuação política na região como Delegado da Convenção Nacional do PFL” (SANTOS; CAPARELLI, 2005, p. 14).

**Tabela 1: Outorgas de televisão controladas por políticos**

ESTADOS	GERADORA		RETRANSMISSORA	
	QUANTIDADE	TOTAL (%)	QUANTIDADE	TOTAL (%)
AC	2	40%	1	1,06%
AL	3	60%	14	12,84%
AM	3	42,85%	72	29,75%
AP	2	50%	5	15,15%
BA	8	57,14%	392	55,44
CE	5	55,5%	103	30,11%
DF	1	9,1%	3	11,53%
ES	1	9,1%	1	0,50%
GO	10	62,5%	213	42,68%
MA	8	72,7%	178	58,74%
MG	13	27,65%	37	2,66%
MS	1	9,09%	8	3,22%
MT	3	33,3%	23	8,07%
PA	4	40%	43	14,19%
PB	3	50%	12	13,04%
PE	2	20%	6	3,87%
PI	4	57,14%	53	56,38%
PR	15	41,6%	131	27,75%
RJ	5	26,31%	33	8,22%
RN	6	85,71%	13	12,74%
RO	2	33,33%	37	24,02%
RR	2	100%	3	6,81%
RS	2	7,69%	16	2,08%
SC	5	25%	76	9,88%
SE	2	50%	21	35%
SP	13	20,63%	56	3,22%
TO	3	60%	81	52,25%
<b>TOTAL</b>	<b>128</b>	<b>33,6</b>	<b>1765</b>	<b>18,03</b>

Fonte: SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 12.

A lista é extensa, e em todos os estados brasileiros pelo menos uma emissora de televisão é controlada por políticos. Em alguns casos, os dados são alarmantes, pois mais da metade do percentual das televisões é de propriedade de políticos. Vários estados brasileiros são emblemáticos nessa concentração midiática das grandes famílias políticas: Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará são estados em que estes números são expressivos. Na Bahia, a família Magalhães reina sobre a mídia local, inclusive com as afiliadas da Rede Globo.

Neste universo, a relação entre afiliada e cabeça de rede constitui uma poderosa ferramenta do coronelismo eletrônico. O exemplo do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães é o mais expressivo no país. A família e alguns aliados do atualmente senador são proprietários da Rede Bahia que domina todos os segmentos de comunicações no estado, incluindo: seis geradoras de TV aberta e 311 retransmissoras do Estado, todas afiliadas à Rede Globo (...) Ainda sem sair do caso baiano, os veículos da Rede Bahia absorvem a maior fatia da verba publicitária governamental do Estado, 13º maior anunciante de governo e maior estado anunciante do país (CAPARELLI; SANTOS, 2005, p.9)

Em nosso caso específico, que é o estado do Maranhão, a porcentagem de emissoras nas mãos de políticos é de 72,7% de geradoras e 58,4 % de retransmissoras. Trataremos no próximo capítulo como esse processo de concentração midiática foi capaz de consolidar um poderoso grupo político, que tem como figura mais expressiva José Sarney.

O balanço realizado neste capítulo nos remete a um país em que os interesses do grande empresariado das comunicações estiveram umbilicalmente ligados aos grupos políticos, sendo, na maioria das vezes, os próprios políticos os proprietários dos veículos de radiodifusão. Vimos que a ditadura empresarial-militar foi responsável por abrir os caminhos para a formação dos grandes impérios midiáticos, tendo a Rede Globo como principal empresa beneficiada, utilizando-se de uma legislação frágil e, ainda assim, burlando-a quando necessário.

## **CAPÍTULO 3: RADIODIFUSÃO MARANHENSE: comunicação e política andam juntas na construção da Hegemonia**

Para que possamos compreender com mais clareza a proposta deste trabalho é necessário que se faça o levantamento do histórico de alguns veículos de radiodifusão maranhense. No estado do Maranhão, existem atualmente 77 emissoras de rádio<sup>44</sup> e 61 emissoras de televisão<sup>45</sup>, atuando com permissão da ANATEL. Vamos elencar aqui as informações básicas do surgimento e crescimento de alguns destes grupos de comunicação e a atuação política dos seus proprietários no processo de construção da hegemonia.

### **3.1 Difusora, Mirante e Ribamar: A trajetória destes Aparelhos Privados de Hegemonia**

O Sistema Difusora de Comunicação, atualmente o segundo maior grupo de comunicação do Estado do Maranhão, iniciou seus trabalhos em outubro do ano de 1955 com a fundação da Rádio Difusora, sob o comando do deputado Raimundo Bacelar<sup>46</sup>, tendo como sócio o seu irmão Magno Bacelar<sup>47</sup>. O primeiro foi diretor da Rádio Timbira<sup>48</sup>, de propriedade do Governo do Estado, na gestão do Governador Eugênio Barros, dando ali seus primeiros passos no ramo das comunicações, além disso, “Bacelar contava com as condições necessárias para ser o pioneiro dessa façanha: era dono de 180 mil hectares de terra, indústria de açúcar, papelose, de família rica e influente” (DOUGLAS, 2009, p.3). A rádio difusora seria, a partir de então, a quarta rádio do Maranhão inaugurada, passando a disputar a audiência com a rádio Ribamar, “devido a sua trajetória de pioneirismo [...] tornou-se, em pouco tempo, uma das mais importantes emissoras das regiões norte e nordeste. O grande sucesso da rádio consolidava o sonho da futura televisão” (FIGUEIREDO, 2014, p. 2).

Logo em seguida, já em 1963, surge a primeira televisão comercial do Maranhão: a TV Difusora, de propriedade do poderoso Raimundo Bacelar e filiada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Sendo uma das primeiras emissoras de televisão do Nordeste, a TV

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>, acessado em: 03/04/2017.

<sup>45</sup> Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>, acessado em: 03/04/2017.

<sup>46</sup> Elegeu-se deputado estadual em 1950 pelo PST, quando foi presidente da Assembleia. Reelegeu-se nas legislaturas seguintes em 1954 e 1958, estas duas últimas pelo PSD.

<sup>47</sup> Elegeu-se deputado estadual de 1965 a 1969, posteriormente foi deputado federal de 1975 a 1979, vice-prefeito do Maranhão de 1989 a 1992 e senador de 1991 a 1995.

<sup>48</sup> Primeiro veículo radiofônico no Maranhão, batizado inicialmente como Rádio Difusora, mais tarde Rádio Timbira, foi fundada durante o governo Getúlio Vargas e surgiu a partir de solicitações do interventor Paulo Ramos. Até hoje, é a rádio oficial do Governo do estado

difusora participava de um momento de transformações no cenário político e econômico brasileiro, como nos destaca Santos e Silveira:

No campo político, favorecia a difusão da ideologia capitalista, a mobilização e a formação da opinião pública, buscando criar um consenso social, já no campo econômico, esses serviços alavancaram a acumulação capitalista, ajudando a criar um mercado para os equipamentos de recepção e funcionando como poderoso instrumento de *marketing* para os bens de consumo de massas (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 53)

Aproveitando-se desse contexto de mudanças “quando inaugurada em 1963, a TV, Difusora, estava exatamente incorporada a essa lógica de poder. Entretanto, sob outras mãos: – a de Assis Chateaubriand” (DOUGLAS, 2011, p.75), dessa forma:

A implantação da TV Difusora não surge somente do pioneirismo de seu fundador, Raimundo Bacelar. Na verdade, no contexto de emergência de uma nova fase político-econômica do País, a proliferação da televisão obedeceu á lógica do capital de viabilizar a comercialização de suas mercadorias que estavam, sob a forma de produção fordista, sendo produzidas em massa (DOUGLAS, 2011, p.17).

O proprietário Raimundo Bacelar, um dos homens mais ricos do Maranhão naquele período, detinha poderes suficientes para por seu negócio em andamento: “era dono de 180 mil hectares de terra, indústria de açúcar, papelose, de família rica e influente. Seu pai era o coronel Coelho Neto, ligado ao Partido Social Democrático (PSD) (DOUGLAS, 2011, p.80). No meio popular, a inauguração da TV Difusora rendeu uma imensa agitação na cidade, tendo a população maranhense ficado maravilhada com a novidade tecnológica. De acordo com o relato de Benedito Buzar, o dia 9 de novembro de 1963 foi um dia incomum para a pacata cidade de São Luís:

São 21 horas do dia 9 de novembro de 1963. Reina uma expectativa ululante em São Luís, principalmente na área onde está concentrada sua população urbana. Em cada rua há um burburinho fora do comum e sintomático dos momentos que precedem ao anúncio das novidades. Existe um corre-corre inusitado de pessoas à procura de certas casas, onde curiosos e “penetras” acotovelam-se, ávidos, em busca de portas e janelas, a fim de que, mesmo espremidos, possam assistir a um acontecimento inédito, numa cidade tradicionalmente rotineira (BUZAR, 1968, p. 3).

Desde então, nas quase três décadas seguintes, viu-se no cenário da comunicação maranhense o vertiginoso crescimento do Sistema Difusora, que em 1979 passa também a operar nas ondas de Frequência Modulada (FM), com a Rádio Difusora FM. Outro fator de destaque foi a filiação da TV Difusora às Organizações Globo de Comunicação, na década de

1970, passando a retransmitir o sinal da emissora de maior destaque nacional no estado do Maranhão. No final da década de 1980 a TV Difusora deixa de retransmitir a Globo, passando a ser afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão, num polêmico jogo de interesses e de disputas intra-classe que será abordado num próximo tópico deste trabalho.

O grupo comunicativo Rádio e TV Ribamar (atuais TV e Rádio Cidade) também fará parte do nosso objeto de estudo, pois durante o início da década de 1980 foi o segundo grupo comunicativo de maior expressão do Maranhão. A rádio Ribamar, uma das mais antigas rádios do Maranhão, surge no final da década de 1940, tendo como foco principal o rádio jornalismo. A Rádio Ribamar obteve financiamento de Gerson Tavares, irmão do jornalista Ribamar Pinheiro, que já havia passado pela Rádio Timbira como diretor. Nomes como “José Branco, no jornalismo esportivo, e Lauro Leite, em programas de variedades foram destaques. Essa mesma história é marcada, em vários momentos, pela briga pela audiência, onde a principal rival era a Rádio Difusora” (RODRIGUES, 2006, p. 27). No fim da década de 1970, Gérson Tavares vende a emissora para o político e empresário Raimundo Vieira da Silva<sup>49</sup>. Em 1979, Vieira da Silva consegue a outorga para colocar no ar a TV Ribamar, o que só foi ocorrer em 1981. O feito foi divulgado no jornal Folha de São Paulo, de 15 de maio de 1979.

### Imagem 2: Matéria sobre a TV Ribamar



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 15 de maio 1979, p.36.

<sup>49</sup> Raimundo Vieira da Silva elegeu-se Deputado Estadual em 1958 pelo PTB e 1962 pelo PSP. Após o golpe de 1964, filia-se à ARENA e elege-se Deputado Federal em 1966, 1974 e 1978 por este mesmo partido. Em 1984 e 1986 voltou a se eleger Deputado Federal pelo PDS. Foi membro da Assembleia Nacional Constituinte (1988). Tanto o Estado do Maranhão quanto o Jornal Pequeno afirmam que Vieira da Silva teria sido suplente de senador por duas legislaturas, mas nenhuma outra fonte confirma esta informação. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-lisboa-vieira-da-silva>. Acesso em 05/10/2017.

O poder midiático exercido por Vieira da Silva e Magno Bacelar prevaleceu em suas respectivas votações para o cargo de deputado federal. O controle social por meio da radiodifusão com certeza impulsionou ainda mais as suas carreiras políticas. A tabela a seguir deixa isso bem claro, embora seja possível observar que a votação de ambos tenham diminuído de uma eleição para outra. Uma explicação para isso pode ter sido o aumento no número de vagas para o cargo de Deputado Federal, que passou de 12 para 17, o que pode ter significado maior fragmentação dos votos; além disso, nesse momento a amplitude de alcance desses veículos de radiodifusão ainda não estava difundida por todo o estado, haja vista os incipientes recursos e as dificuldades de obter as concessões. Por esse motivo, o poderio de Bacelar e Vieira Silva ainda não dava para ser comparado com o que viria a ter as emissoras de José Sarney posteriormente.

**Tabela 2: Resultados Eleitorais 1978 – Deputado Federal.**

<b>Deputados federais eleitos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>
<b>Luís Rocha</b>	ARENA	62.749
<b>Vítor Trovão</b>	ARENA	56.318
<b>Edison Lobão</b>	ARENA	56.236
<b>Magno Bacelar</b>	ARENA	44.179
<b>Epitácio Cafeteira</b>	MDB	39.740
<b>João Alberto de Souza</b>	ARENA	39.617
<b>Edson Vidigal</b>	ARENA	37.198
<b>Nagib Haickel</b>	ARENA	36.313
<b>Themístocles Teixeira</b>	ARENA	31.725
<b>Vieira da Silva</b>	ARENA	29.841
<b>José Ribamar Machado</b>	ARENA	29.794
<b>Freitas Diniz</b>	MDB	25.014

Fonte: TRE/MA. Elaboração Própria.

**Tabela 3: Resultados Eleitorais 1982 – Deputado Federal.**

<b>Deputados Federais Eleitos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>
<b>Edison Lobão</b>	PDS	90.323
<b>Sarney Filho</b>	PDS	75.099
<b>Bayma Júnior</b>	PDS	66.238
<b>Epitácio Cafeteira</b>	PMDB	64.771
<b>Enoc Vieira</b>	PDS	48.841
<b>João Alberto de Souza</b>	PDS	44.382
<b>José Burnett</b>	PDS	43.039
<b>Nagib Haickel</b>	PDS	39.947
<b>João Rebelo</b>	PDS	37.994

<b>Jaime Santana</b>	PDS	37.395
<b>Vítor Trovão</b>	PDS	31.634
<b>Magno Bacelar</b>	PDS	30.286
<b>Cid Carvalho</b>	PMDB	28.331
<b>Vieira da Silva</b>	PDS	27.341
<b>José Ribamar Machado</b>	PDS	25.879
<b>Eurico Ribeiro</b>	PDS	21.118
<b>Wagner Lago</b>	PMDB	17.718

Fonte: TRE/MA. Elaboração Própria.

Ainda sobre as informações da tabela, vemos que vários nomes que viriam a possuir os maiores veículos de comunicação na década seguinte já estavam sendo eleitos para os cargos de Deputado Federal, como o caso de Luís Rocha, Edson Lobão e Epitácio Cafeteira.

Faremos agora um breve histórico do Grupo Mirante, observando-se seus aspectos iniciais de formação. Este forte grupo midiático, de forma rápida, se posicionou como o maior veículo de comunicação do estado do Maranhão, conquistando a hegemonia nas transmissões radiofônicas nas décadas de 1980 e 1990, deixando para trás grupos de tradição como Difusora e Ribamar. Todo o desenrolar desse processo será abordado posteriormente, contudo, este primeiro momento é destinado apenas para conhecermos um pouco da trajetória do grupo e dos seus respectivos proprietários.

O Sistema Mirante começa sua jornada no ramo das comunicações com a compra do Jornal do Dia, de Alberto Aboud, posteriormente transformado em “O Estado do Maranhão”, em 1973<sup>50</sup>, pelo seu comprador José Sarney<sup>51</sup>. Observamos que, segundo Piccolo (2017) a afinidade de José Sarney com os meios de comunicação sempre foi fundamental na sua trajetória política:

<sup>50</sup> Em novembro de 1968, o jornal passa às mãos de José Sarney, como citado por ele mesmo no editorial de 01 de maio de 1999, e ainda em 1968 o poeta e jornalista Bandeira Tribuzzi é convidado por Sarney a dirigir a redação do periódico. A mudança de nome para O Estado do Maranhão ocorreu só em 1973. (GOMES; CONCEIÇÃO, 2011, p.178).

<sup>51</sup> José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro - Maranhão, no dia 24 de abril de 1930, filho do desembargador Sarney de Araújo Costa e D. Kyola Ferreira de Araújo Costa. Seu pai foi membro do Tribunal de Justiça do Maranhão, inicialmente como promotor público, depois juiz, com andanças em quase todas as comarcas do interior maranhense. Com isso, o filho que acompanhava o pai, estudou as primeiras letras no Colégio Mota Junior, na cidade de São Bento, e no Colégio de Professor Joca Rego, na cidade de Santo Antonio de Balsas. Aos 12 anos de idade, em janeiro de 1942, vindo de São Bento, chegou a São Luís para prestar exame de admissão no Liceu Maranhense, sendo aprovado em primeiro lugar. Dois anos mais tarde, quando tinha 14 anos, José Ribamar começou a sua carreira política, candidatando-se a presidente do Centro Liceísta. Saiu vencedor. No Centro Liceísta, além da militância política estudantil, iniciava a sua atividade jornalística, editando o jornal “O Liceu”. Disponível em: [www.ufrgs.br/.../a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc](http://www.ufrgs.br/.../a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc). Acessado em 06.04.2017.

A relação entre Sarney e os meios de comunicação não é recente e não data das últimas décadas do século passado quando a Família passou a controlar o chamado “Sistema Mirante de Comunicação”, composto pelo jornal impresso O Estado do Maranhão, pela Rádio Mirante FM, Rádio Mirante AM e pela TV Mirante, filiada da Rede Globo. Em seus constantes embates com as demais frações de classe dominante no Maranhão, a imprensa, um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia na perspectiva de Gramsci, foi sempre acionada em busca da conquista da hegemonia política, tanto estadual como nacionalmente. (PICCOLO, 2017, 23).

O primeiro veículo radiofônico do Sistema Mirante de Comunicação<sup>52</sup> foi a rádio Mirante FM. Sua concessão foi fornecida pelo General Figueiredo, em 1981<sup>53</sup>, tendo como proprietário Fernando José Macieira Sarney<sup>54</sup>.

Em 1987, estreava a TV Mirante, operando como afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)<sup>55</sup>, primeira emissora de televisão do grupo. Mesmo tendo obtido sua concessão no ano de 1983, mediante ao decreto 89.061, de 29 de novembro de 1983<sup>56</sup>, a afiliada só entra no ar em 1987, o que é um caso bastante intrigante:

De acordo com Bezerra (2008), as controvérsias que arrolam a data de criação das emissoras de televisão do Sistema Mirante são consequência do prolongado período entre a data de outorga da concessão e a data oficial de lançamento da TV. Inaugurada oficialmente no dia 15 de março de 1987, a TV Mirante de São Luís iniciou sua programação como afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com uma grade bastante flexível (GOMES; CONCEIÇÃO, 2011, p.179).

---

<sup>52</sup> O Sistema Mirante de Comunicação conta atualmente com uma rede de 20 emissoras de rádio em todo o estado do Maranhão. (GOMES; CONCEIÇÃO, 2011, p.179).

<sup>53</sup>No dia 8 de setembro de 1981, data em que se comemora o aniversário de São Luís, nasceu a Mirante FM. Fundada pelo empresário Fernando Macieira Sarney, a emissora surgiu com o objetivo de fazer o diferencial na radiodifusão local. Profissionais como José Aniesse Haickel, "Jerebinha" e Alberto Farias (in memoriam), Mr. Melody, Celso Borges, Marco Antonio Bogéa, Cristina Almeida, Coqueiro Jr. Edmilson Filho, César Roberto, Robson Júnior, Joao Marcus, Dorgival Júnior, Glaydson Botelho, Evandro Costa, Pedro Sobrinho, Rubinho Jonnes, entre tantos outros, contribuíram em fazer da Mirante FM uma marca registrada e legitimada pelo sucesso, atendendo a todos os segmentos sociais, sem perder a essência: qualidade no ar. Disponível em: <http://imirante.com/mirantefm/a-radio/>, Acesso em: 06/04/2017.

<sup>54</sup> Fernando José Macieira Sarney, filho de José Sarney, é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Pulo. É um dos proprietários do Sistema Mirante de Comunicação e foi vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Existe uma extensa lista de pedidos de prisão, denúncias e condenações do mesmo em função de vários crimes cometidos. Dentre esses delitos destacamos: crimes contra o sistema financeiro, contra a administração pública, falsidade ideológica, fraude em licitação, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Disponível em: <https://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/115600/mpf-pede-prisao-do-filho-de-sarney-e-de-silas-rondeau>. Acesso em: 06/04/2017.

<sup>55</sup> Nos próximos tópicos veremos com detalhes este episódio de troca de sinal da TV Difusora do SBT, para Rede Globo.

<sup>56</sup>Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89061-28-novembro-1983-439246-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/10/2017.

Outro fato controverso no processo de criação das emissoras do grupo esta ligado a Rádio Mirante AM<sup>57</sup>. De acordo com Couto (2007), inaugurada em 1988, a rádio não existe com esse nome no Ministério das Comunicações:

A rádio mirante AM não consta da relação do ministério das comunicações, mas para o mesmo endereço de funcionamento (Avenida Ana Janssem, 200 – São Luís) há uma concessão em nome de José Aniesse Haickel Sobrinho, Jurandir de castro Leite e José Carlos de Moraes, para a Rádio Litoral Maranhense LTDA. A emissora afirma por intermédio público que Mirante AM é apenas nome fantasia e que o nome da concessão é mesmo Litoral. Tal indicação sugere proximidades entre os sócios da Rádio Litoral com José Sarney (COUTO, 2007, p.133).

De acordo com as informações apresentadas, podemos notar que desde seus primórdios as emissoras de maior destaque do Maranhão sempre estiveram envoltas em processos conturbados de compra e venda, autorizações de outorgas e problemas de natureza jurídica. Desde suas criações, foram sempre ligadas a políticos influentes, como vimos nos casos da Difusora, Ribamar e Mirante, ou seja, a comunicação radiotelevisiva, por ser uma ferramenta poderosa de amplo alcance, foi rapidamente cooptada pelas forças políticas locais do estado, como veremos a seguir.

### **3.2 O processo de consolidação da hegemonia**

A consolidação da hegemonia do grupo político que governou o estado do Maranhão durante cinquenta anos, com efêmeras interrupções, foi realizada utilizando-se de diversos instrumentos de coerção e consenso. Tentar explicar todo esse processo não é tarefa fácil. Algumas indagações permeiam o imaginário maranhense sobre a construção da força do grupo político de José Sarney. Para alguns, o referido político funciona como artéria principal em todas as articulações políticas do seu grupo, outros, o definem como um ser quase que mitológico, com uma perspicácia fenomenal de manter durante tanto tempo seu prestígio local, quase que inabalável. Falar da construção do grupo político do Sarney, por mais que pareça lugar comum, acaba por ser um exercício árduo. Tentaremos traçar uma análise que

---

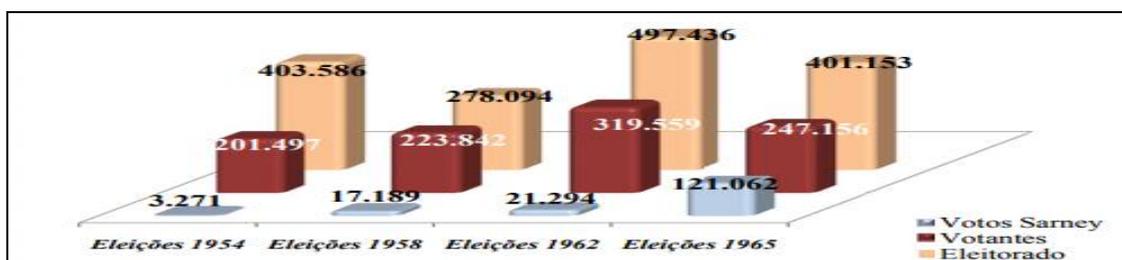
<sup>57</sup>A primeira transmissão foi realizada no dia 10 de maio de 1988. Naquele período, a música era o forte da programação, feita com os hits mais marcantes da época. Com o passar dos anos, o ouvinte tornou-se mais exigente e a Mirante AM passa então a adotar uma programação diversificada com muito mais informação, prestação de serviços, esporte, música e interatividade. Disponível em: <http://imirante.com/mirantefm/a-radio/>. Acesso em: 06/04/2017.

possa ajudar a compreensão da construção de um dos aparatos que julgamos fundamentais nesse processo.

A oligarquia Sarney, como é conhecida no imaginário político maranhense, não surgiu de uma hora para outra. A trajetória política de José Sarney e do seu grupo consolidou-se ao longo dos últimos cinquenta anos. Não podemos imaginar que apenas um político, por mais habilidade que possua, conseguiu manter toda essa estrutura intocável durante tanto tempo, sem ter tido o auxílio de uma elite orgânica. Torna-se necessário também perceber os momentos de tensão pelo qual passou o grupo, chegando a quase rachar em certos momentos.

José Sarney chega oficialmente ao cenário político quando assume a vaga de deputado federal pelo PSD em 1955. Na eleição de 1954 Sarney não conseguiu se eleger, mas obteve a segunda suplência após uma apuração duvidosa<sup>58</sup> de votos, conseguindo assumir o mandato interinamente por algumas vezes e assim conseguir se influir com a classe política da época. Logo, Sarney se transfere para a UDN e conquista a presidência do diretório regional do seu novo partido. Em 1958 é eleito para deputado federal, junto com as “Oposições Coligadas”<sup>59</sup>, só que agora conquistando o primeiro lugar, com 15.081 votos, assim como em 1962, conquistando a impressionante marca de 21.294 votos. O gráfico abaixo demonstra o grande crescimento do desempenho eleitoral proporcional de José Sarney até se eleger governador em 1965:

**Gráfico 1: Desempenho eleitoral de José Sarney (1954-1965)**



Fonte: PICCOLO, p. 83.

<sup>58</sup> Após as eleições de 1954, o Juiz responsável pela apuração das urnas, inicia o processo sigilosamente para assegurar a eleição de alguns candidatos, entre eles figurando Raimundo Bogéa, filho do velho coronel. O fato repercute por todo o Estado, sendo suspensas as apurações por decisão do Tribunal Regional Eleitoral. Era tão escandalosa e evidente a fraude eleitoral dessa Zona que, segundo notícias divulgadas pelos jornais da época só na contagem dos votos de Lago da Pedra e Vitorino Freire apareceram cerca de 13.000 votos-fantasmas. Depois de grande polêmica, envolvendo lideranças e forças políticas do Governo e Oposição, (inclusive a nível nacional), conchavos, acordos, subornos, o caso é levado ao Tribunal Superior Eleitoral que vai contra a decisão do TRE, e resolve mandar prosseguir a apuração interrompida. O fato é tão singular que gera desavenças e rompimentos no seio do Governo e da Oposição. Assim, muda o placar eleitoral e alguns candidatos já considerados eleitos saem do quadro, enquanto outros entram inclusive Raimundo Bogéa e Sarney (BOMFIM, 1982, p.22)

<sup>59</sup> Composta pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano (PR) e a própria UDN, em oposição ao vitorinismo.

Com um discurso moralizador, enfatizado com a propaganda do “Maranhão Novo”<sup>60</sup>, Sarney candidata-se ao governo do Maranhão em 1965 e definitivamente declara guerra ao então chefe político maranhense Vitorino Freire<sup>61</sup>, conseguindo se eleger contando com o apoio de General Castelo Branco. Pereira (2008) observa a capacidade de José Sarney em conseguir transitar no meio político de forma mimética:

Até mesmo quem vive e acompanha de perto o ex-governador admite sua grande capacidade de servir a dois senhores ao mesmo tempo e de pôr-se em condições de confundir ambos. Quando sobreveio o golpe de 64, por exemplo, ele velejava na ala da progressista UDN, mais conhecida como “Bossa Nova”. Todos os bossanovistas foram cassados, menos ele, que não só escapou à guilhotina como se tornou o invencível candidato do novo regime ao governo do Maranhão. Quatro anos depois, na tarde de 13 dezembro de 1968, o AI-5 o surpreendeu digerindo um maldito banquete oferecido poucas horas antes ao ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek, a quem tratara de “meu presidente (PEREIRA, 2008, p. 32).

Durante seu governo, José Sarney não hesitou em utilizar os meios de comunicação para divulgar seus feitos. Não à toa, utilizava a Rádio Timbira para diariamente se comunicar com a população. José Sarney usava o “rádio como instrumento de divulgação de suas realizações, prática, aliás, retomada no período em que esteve à frente da presidência da república, quando inaugurou, em 1985, o programa “Conversa ao Pé do Rádio” (PICCOLO, 2017, p.24), além de sua posse ter sido transmitida “através das ondas do rádio (Rádio Difusora e Rádio Timbira, esta última de propriedade do Governo do Estado), para todo o território maranhense” (PACHECO FILHO, 2015, p. 68)”. Logo em seguida, convidou o

---

<sup>60</sup> O discurso do Maranhão Novo, parte da perspectiva de contraposição ao modelo vigente da época, acusando-o de atrasado e corrupto. Sarney prometia retirar o Maranhão do cenário de barbárie ao qual estava submetido mediante à dominação vitorinista.

<sup>61</sup> Vitorino de Brito Freire nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908. Vitorino Freire exercia esse cargo quando, em 18 de julho de 1934, foi nomeado secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida, que havia conhecido durante a Revolução Constitucionalista. Durante a gestão desse interventor (29/3/1933 a 22/7/1935) ocorreram várias violências policiais em São Luís contra seus adversários políticos. A Associação Comercial da cidade chegou a decretar uma greve do comércio em represália à prisão de seus diretores no quartel da Força Pública. Segundo seus adversários, Vitorino passou nesse momento a comandar um bando denominado “Papai Noel”, especializado em surrar os opositores do governo. Vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD), do Maranhão, na época uma agremiação de âmbito estadual, Vitorino foi incumbido de organizá-lo para as eleições estaduais de 1935. Candidato à Constituinte na legenda do PSD, Vitorino foi eleito em dezembro de 1945, no mesmo pleito em que Dutra foi escolhido presidente da República. Em 1946 elegeu-se senador. Em 1953, Vitorino voltou a pertencer ao PSD de cujo diretório nacional mais tarde chegaria a fazer parte, alijando definitivamente Genésio Rego da liderança do diretório estadual. Nas eleições de outubro de 1954, reelegeu-se senador na legenda de seu partido, exercendo novo mandato a partir de 19 de fevereiro de 1955. Nas eleições de outubro de 1962, Vitorino reelegeu-se senador pelo Maranhão na legenda do PSD, passando a exercer a liderança desse partido no Senado. Em 1963 e 1964, foi vice-líder da maioria e em 1965 exerceria de novo a liderança do PSD. Vitorino Freire apoiou o movimento político-militar que depôs João Goulart em 31 de março de 1964, estreitando relações com os chefes militares, entre os quais o general Humberto Castelo Branco e o general Ernesto Geisel. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Vitorino Freire)

cinasta Glauber Rocha para documentar em vídeo o momento de sua posse, resultando no documentário “*Maranhão 66: a posse do governador Sarney*”.

José Sarney completa seu mandato como governador e candidata-se ao Senado. Para promover a divulgação do seu governo e potencializar sua candidatura ao Senado, recorre ao cineasta Isaac Rosemberg para a produção de “*O Milagre do Maranhão*”<sup>62</sup>. Mesmo sem entrarmos profundamente na discussão sobre a gestão do governo de José Sarney, o que podemos destacar sobre esse período, de acordo com o historiador Wagner Cabral da Costa (1997), é uma total oposição àquilo a que se propusera Sarney em seus discursos de campanha:

O que prevaleceu foi a ótica do desenvolvimento do capitalismo com forte injustiça social. O projeto “Maranhão Novo” é um exemplo típico de uma proposta de modernização conservadora, pois, de um lado, perseguiu o desenvolvimento econômico através de várias iniciativas, tais como: a criação de um organismo de planejamento (a SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o investimento em infra-estrutura de transportes e energia (Porto do Itaqui, Rodovia São Luís -Teresina, hidroelétrica de Boa Esperança, petróleo!), a prioridade dada aos “grandes projetos agropecuários” em detrimento dos pequenos produtores rurais, a “modernização” da estrutura de propriedade fundiária com a Lei de Terras de 1969 (que ampliou o espaço para a grilagem com apoio do governo do Estado e para a venda de terras devolutas a grupos privados) (...) por outro lado os resultados a longo prazo dessa modernização capitalista conservadora (ou autoritária) podem ser evidenciados a partir dos indicadores sócio-econômicos do Maranhão nessas últimas décadas, os quais atestam o quadro de miséria, analfabetismo, enfim, caos social, em que sempre tem vivido a população maranhense (COSTA, 1997, p. 9).

A ascensão do Sarney não foi algo conquistado sem que houvesse disputas e contrassensos em seu próprio grupo. Mediante o quadro nacional de ditadura empresarial-militar, a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2/1965) tivemos a implementação do bipartidarismo no Brasil. Essa modificação criou apenas dois partidos, ARENA<sup>63</sup> e MDB<sup>64</sup>. A

---

<sup>62</sup>O Milagre do Maranhão é um fragmento cinematográfico feito pelo cineasta romeno Isaac Rozenberg que apresenta uma série de “feitos” do governo Sarney, exaltando suas realizações e obras.

<sup>63</sup>Partido político de âmbito nacional, de apoio ao governo, fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Desapareceu em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena>. Acesso em 09/01/2018.

<sup>64</sup>Partido que fazia parte da oposição consentida do governo militar. “observa-se que este era claramente minoritário no Maranhão, não chegando em momento algum a ameaçar a hegemonia da ARENA, com exceção, talvez, de São Luís, onde o MDB costumava obter resultados eleitorais expressivos. (COSTA, 1997, p. 10)

ARENA passava então a abrigar José Sarney e Vitorino Freire no mesmo partido e “se transformou num verdadeiro “balaio de gatos”, congregando o grupo Sarney, o grupo vitorinista e outros grupos menores, como o ligado ao antigo PSP, sob a chefia de Clodomir Millet (COSTA, 1997, p. 10)”.

No Maranhão, as eleições para governador de 1970 e 1974 foram realizadas por vias indiretas, já que nesse momento, ainda vigorava o Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966<sup>65</sup>, que previa eleições diretas somente para senador, deputados federais e estaduais. Dessa forma, Pedro Neiva de Santana<sup>66</sup>, que havia rompido com José Sarney, sagrou-se vitorioso no colégio eleitoral. Já em 1974, novamente um candidato apoiado por Vitorino Freire assume o governo do estado, sendo eleito Osvaldo da Costa Nunes Freire<sup>67</sup>.

Conforme observamos nesse início da trajetória política de José Sarney, notamos que os veículos de radiodifusão sempre fizeram parte da sua estratégia de poder, mas “foi durante a campanha para governador, em 1965, que Sarney inovou com o uso intenso do rádio através da divulgação sistemática do single da campanha (*Meu voto é minha lei / Governador José Sarney*)” (PACHECO FILHO, 2015, p. 67), além de ter utilizado alguns meios de publicidade, como por exemplo, os documentários que foram citados e a utilização da rádio Timbira (que era de propriedade do governo). Observamos o que destaca D’Elboux (2003):

A grande novidade dessa campanha eleitoral foi a inclusão da plataforma de governo em formas de músicas, que eram tocadas em carros de som e nas rádios. Essa novidade foi feita por Miguel Gustavo que deu ao disco o nome de “Show da Vitória”. Nele cantavam os maiores nomes da música brasileira da época: Agostinho de Moreira, Elza Soares, Elisete Cardoso, o palhaço Carequinha. Os locutores das chamadas, pedindo os votos para o Governador Sarney eram: Cid Moreira e Aracy de Almeida (D’ELBOUX. 2003, p.13).

Entretanto, iremos perceber que a partir das eleições de 1978, passa a utilizar toda sua força política nacionalmente, já que era senador da república, e parte nessa empreitada nas comunicações radiodifusivas, inicialmente ajudando grupos de comunicações já existentes, e

<sup>65</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm). Acesso em 09/01/2018.

<sup>66</sup> Governador do Maranhão 1971-1975.

<sup>67</sup> Com o encaminhamento, em 1974, da sucessão maranhense, abriu-se no estado uma crise política representada pela disputa entre as duas lideranças políticas existentes no interior da Arena, adversárias desde o período anterior ao estabelecimento do bipartidarismo, quando se achavam em partidos diferentes: a do então senador José Sarney e a do ex-deputado Vitorino Freire, líder político de maior proeminência no período anterior a 1964. Apoiado por este último, Nunes Freire foi indicado oficialmente pelo governo federal, em junho de 1974, para o cargo de governador do estado do Maranhão por ser, entre os candidatos apresentados pela ARENA maranhense, o que observava maior neutralidade em relação às tendências políticas do estado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-da-costa-nunes-freire>. Acesso em: 01/10/2017.

depois fundando as suas próprias rádios e televisões. As eleições de 1978 foram fundamentais para a afirmação do grupo de José Sarney.

Voltando ao plano mais geral, pode-se observar que as eleições de 1978 foram fundamentais para a afirmação da oligarquia Sarney no comando político do Maranhão. Contando com suas ligações no governo federal e na cúpula da ARENA (da qual foi eleito presidente nacional nesse período), José Sarney obteve uma vitória decisiva, que lhe valeu a eleição indireta de João Castelo para governador, a eleição dos senadores e da maioria dos deputados. Vale destacar que o grupo Sarney, nas eleições municipais de 1976, já tinha demonstrado seu “poder de fogo” eleitoral, ao vencer nas cidades mais importantes do estado (COSTA, 1997, p. 11).

Durante o período de eleição de João Castelo<sup>68</sup> ocorreu um acontecimento crucial para percebermos o poder de influência de José Sarney, que traçava alianças estaduais fundamentais para a formação do seu grupo político forte. Uma dessas alianças foi com Raimundo Vieira da Silva, influente político da época, que além de ser deputado federal, naquele momento, era proprietário de uma das maiores rádios existentes na época: a rádio Ribamar, que estava prestes a inaugurar sua televisão. Contudo, precisava da outorga de concessão. O processo nº 12.946/73 (Edital nº 77/74)<sup>69</sup>, que tratava da liberação dessa concessão estava paralisado no Ministério das Comunicações desde o ano de 1973, vale lembrar que Vieira da Silva era aliado antigo de Vitorino Freire e somente na eleição de 1978 passou a apoiar José Sarney. Somente após essa negociata política que influenciou diretamente na eleição indireta de João Castelo, a concessão para o funcionamento da TV Ribamar foi liberado pelo General Presidente Figueiredo.

A consolidação do poder do grupo Sarney deu-se no decorrer da década de 1980. Foi o período que o Sistema Mirante de Comunicação foi inaugurado e suas repetidoras de TV e outras rádios afiliadas foram instaladas em vários municípios do Estado, sempre tendo como concessionários parentes e aliados políticos de José Sarney. De acordo com Couto (2007) o Sistema Mirante de Comunicação consegue atingir mediante suas estações de radiodifusão uma considerável parte da população maranhense, chegando a números de aproximadamente um milhão de ouvintes.

---

<sup>68</sup> João Castelo Ribeiro Gonçalves nasceu em Caxias (MA) no dia 19 de outubro de 1937, filho do desembargador Tales do Amarante Ribeiro Gonçalves e de Maria Antonieta Cruz Ribeiro Gonçalves. Foi dep. fed. MA 1971-1979; gov. MA 1979-1982; sen. MA 1983-1991; const. 1987-1988; dep. fed. MA 1999-2007; pref. São Luís 2009-2012. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-castelo-ribeiro-goncalves>. Acesso em 20/11/2017.

<sup>69</sup> Decreto de concessão da TV Ribamar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83384-30-abril-1979-432652-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29/11/2017.

São 36 municípios cobertos, com uma população de mais de 1 milhão de pessoas, nas proximidades da capital e com preponderância de cidades da Baixada Oriental maranhense. Some-se a isso a população de São Luís (área de cobertura da Mirante FM original) que se aproxima de 1 milhão de habitantes São 36 municípios cobertos, com uma população de mais de 1 milhão de pessoas, nas proximidades da capital e com preponderância de cidades da Baixada Oriental maranhense. Some-se a isso a população de São Luís (área de cobertura da Mirante FM original) que se aproxima de 1 milhão de habitantes (COUTO, 2007, p. 128).

A cooptação das concessões possibilitou a formação de redutos eleitorais fundamentais para o grupo Sarney em todo o interior do estado, “não por acaso o Sistema Mirante de Comunicação, tem se expandido consideravelmente [...], visando alcançar todo território estadual” (COSTA, 1997, p. 30). Dessa forma, a quantidade de concessões fornecidas para apoiadores regionais foi consolidando o poderio desse grupo em nível eleitoral. Várias emissoras espalhadas pelo estado do Maranhão se beneficiaram das concessões fornecidas por José Sarney enquanto foi presidente da república. Constatamos o crescimento político de muitos desses correligionários, que foram elegendo-se deputados federais como nos mostra o quadro abaixo, nas eleições de 1986 e 1990, em que são detalhadas a quantidade de votos de alguns candidatos, a sua sigla partidária e a sua ligação com os veículos de radiodifusão.

**Tabela 4: Resultados Eleitorais 1986,1990 – Deputado Federal**

Ano	Político	Partido	Votação	Emissoras Vinculadas
1986	Sarney Filho	PFL	109.448	Rádio e Tv Mirante/São Luís
	Francisco Coelho	PFL	54.695	Tv Rio Balsas/Balsas
	Albérico Filho	PMDB	33.744	Rádio Santa Maura/Lago da pedra Rádio Janaína/ Vargem Grande
	Antônio Gaspar	PMDB	24.189	Rádio Maracu/ Viana
	Joaquim Haickel	PMDB	22.576	Tv Itapicuru/Santa Inês
	Vieira da Silva	PDS	16.122	Tv Ribamar/ São Luís
1990	Roseana Sarney	PFF	44.785	Rádio e Tv Mirante Ltda.
	Francisco Coelho	PDC	37.306	Tv Rio Balsas/Balsas
	Ricardo Murad	PFL	36.819	Rádio Cultura Rio Jordão LTDA/ Coroatá
	Sarney Filho	PFL	32.470	Rádio e Tv Mirante
	José Reinaldo Tavares	PFL	28.926	Rádio Interior Ltda.

Fonte: TRE/MA, Elaboração própria.

Os dados da tabela nos mostram que investir em radiodifusão é um negócio eleitoralmente viável no Maranhão. Aliados políticos do grupo Sarney, donos de rádios e televisões, conseguem votações expressivas. Os casos mais emblemáticos são seus próprios filhos, Roseana Sarney Murad<sup>70</sup> e José Sarney Filho<sup>71</sup>, sócios do Sistema Mirante de Comunicação.

Outros nomes relevantes da política local também fazem parte da ampla rede comunicacional do grupo, dentre eles, o político Albérico Filho<sup>72</sup>, primo de José Sarney, presenteado com duas rádios, uma no município de Lago da Pedra e outra no município de Vargem Grande, com nome de Rádio Jainara<sup>73</sup> e Rádio Janaína<sup>74</sup> respectivamente. As duas foram concedidas por Sarney em setembro de 1988.

Observamos também o nome de outros figurões da política maranhense que lograram êxitos de votação nas eleições destacadas e formaram bases eleitorais muito fortes em várias cidades do Maranhão. O prestígio do grupo Sarney sempre foi expressivo em todo o interior do estado, muito em função dessa política de alianças e distribuições de concessões. Muitas dessas emissoras foram compradas posteriormente pelo Sistema Mirante. Como vimos na tabela estão destacados: Francisco Coelho<sup>75</sup>, com a TV Rio Balsas<sup>76</sup> na cidade de Balsas; Joaquim Haickel, com a TV Itapicuru<sup>77</sup>, na cidade de Codó; Ricardo Murad (cunhado de

---

<sup>70</sup>Roseana Macieira Sarney nasceu em São Luís no dia 1º de junho de 1953, filha de José Sarney e de Marli Macieira Sarney (...). Durante o mandato presidencial de seu pai, Roseana tornou-se assessora parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República. Foi dep. fed. MA 1991-1995; gov. MA 1995-1998; 1999-2002; 2009-2013. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>. Acesso em: 06/07/2017.

<sup>71</sup>José Sarney Filho nasceu em São Luís no dia 14 de junho de 1957, filho de José Sarney e de Marli Macieira Sarney (...) dep. fed. MA 1983-1999; 2003-2007; 2007- ; const. 1987-1988; min. Meio Ambiente 1999-2002; 2016- Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-sarney-filho>. Acesso em: 06/07/2017.

<sup>72</sup>Albérico de França Ferreira Filho nasceu em Goiana (PE) no dia 10 de abril de 1950, filho de Albérico de França Ferreira e de Quelita Campelo de França Ferreira. Foi dep. federal const. 1987-1988; dep. fed. MA 1987-1991, 1995-1998, 1999-2003, 2005-2007 e 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberico-de-franca-ferreira-filho>. Acesso em: 06/07/2017.

<sup>73</sup>Decreto de concessão nº 96.861 de 29 de setembro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D96861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96861.htm). Acesso em 09/07/2017.

<sup>74</sup>Decreto de concessão nº 96.643. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D96643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96643.htm). Acesso em 09/07/2017.

<sup>75</sup>Francisco Coelho também foi responsável pela compra de 30 % das ações da Tv Difusora de Imperatriz em 1987, tendo como financiador o então governador do estado Luís Rocha.

<sup>76</sup>Decreto de concessão nº 94.501, de 19 de junho de 1987. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94501.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94501.htm). Acesso em 12/09/2017.

<sup>77</sup>Decreto nº 95.630, de 13 de janeiro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D95630.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D95630.htm). Acesso em: 12/09/2017.

Roseana Sarney), com a rádio Rio Jordão<sup>78</sup> em Coroatá e José Reinaldo Tavares, com a Rádio Interior Ltda<sup>79</sup> na cidade de Caxias. A farra das concessões demonstra o fortalecimento político do grupo aproveitando-se do momento nacional, o que foi motivo de investigações no congresso:

Durante a constituinte, surgiram denúncias que o presidente Sarney estava usando seu poder para expandir os negócios da família, tendo concedido canais a seus filhos, o deputado José Sarney Filho ( PFL-MA) e Roseana Sarney. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) levou esta denúncia à CPI do Senado encarregada de apurar as possíveis irregularidades nas concessões. A acusação provocou um veemente desmentido do deputado Sarney Filho [...] Mas a despeito dos desmentidos, registros do Mincm [ministérios das Comunicações] comprovam que o presidente Sarney beneficiou familiares, parentes, amigos e aliados (MOTTER. 1994 p.106).

Todas essas informações são apenas uma amostra de alguns proprietários e sócios de empresas de radiodifusão que se beneficiaram da política de concessões, haja vista que o alcance dos dados dos envolvidos, no ministério das comunicações, fica, de certa forma, ocultado em função do grande número de “laranjas”<sup>80</sup> utilizados por esses políticos para despistar qualquer tipo de investigação. O uso de sócios “laranjas” será também abordado neste próximo tópico, em que debateremos a captura da TV Difusora por José Sarney.

### 3.3 Disputas intra-classe e resultados eleitorais

A construção da hegemonia geralmente cria tensões e disputas intra-classe. Como já vimos até aqui, a trajetória da radiodifusão no Maranhão sempre esteve ligada aos interesses das elites dominantes do estado, funcionando com um Aparelho Privado de Hegemonia. Logo, a disputa de transmissão do sinal de Rede Globo no Maranhão selaria definitivamente o resultado da força política de José Sarney, mostrando que “o domínio da comunicação não pode ser concebido como passivo na sua interação com o mundo dos negócios” (GOMES, 2007, 86). Naquele momento, a Globo já era a maior estrutura televisiva do país, mediante o crescimento ancorado no ciclo ditatorial.

<sup>78</sup> Decreto nº 87.164 de 12 de maio de 1982. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=509804>. Acesso em 12/09/2017. creto nº 87.164 de 12/05/1982.

<sup>79</sup> Decreto nº 82.249, de 12 de Setembro de 1978. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82249-12-setembro-1978-431274-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12/09/2017.

<sup>80</sup> Indivíduo que se presta, consciente ou inconscientemente, a participar de golpes para outros indivíduos, normalmente poderosos em persuadir e, portanto, que se aproveita da ingenuidade alheia. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/laranja/>. Acesso em: 04/02/2018.

Observamos anteriormente, no levantamento histórico realizado sobre o Sistema Mirante de Comunicação que uma das últimas aquisições do grupo fora a TV Mirante, inaugurada em 1987, após quase cinco anos de sua concessão ter sido entregue a José Sarney diretamente das mãos do seu então amigo General Figueiredo, em 1983. Contudo, embora em 1987 Sarney fosse o presidente da república e tivesse realizado a maior distribuição de concessões de radiodifusão para políticos da história do país, a sua emissora no Maranhão entrou no ar retransmitindo o sinal do Sistema Brasileiro de Televisão, de propriedade de Silvio Santos<sup>81</sup> e não o da Rede Globo.

Dono de um jornal e de uma rádio FM, o presidente Sarney vai inaugurar no Maranhão em junho (1986), com a Copa do Mundo, a TV Mirante, uma concessão que lhe foi presenteada pelo presidente João Figueiredo. Apesar de sua amizade com Roberto Marinho, Sarney irá transmitir a programação de Silvio Santos para não se meter em novos problemas políticos em sua terra. Da Rede Globo já é retransmitida em São Luís pela TV Difusora, do deputado Magno Bacelar, seu aliado no PFL, que não admite perder a concessão (HEIZ, 1989, p. 69).

Se analisarmos esse contexto mais profundamente, observaremos que as articulações em torno da captura do sinal da rede Globo foi um processo pensado meticulosamente, uma vez que, de acordo com Maia (1993), ao mesmo tempo em que José Sarney teria grande influência com Roberto Marinho e poderia requerer o sinal da Rede Globo para si, não queria deixar sua política de aliança ser abalada, já que seu aliado Magno Bacelar possuía o sinal da Globo há mais de 20 anos (MAIA, 1993, p. 50). De acordo com Douglas (2011), dois movimentos táticos serão fundamentais para quebrar a resistência de Bacelar, sendo eles: “o enfraquecimento político e o endividamento financeiro de Magno Bacelar. De uma só vez, as eleições de novembro de 1986 contribuíram para ambos intuitos”(DOUGLAS, 2011, p. 86). Mediante o êxito de sua trajetória política, erguida e amparada pelo seu grande meio de comunicação, a Difusora, Magno Bacelar decide candidatar-se a Senador da República em 1986 por uma das sublegendas da aliança Democrática<sup>82</sup> (PMDB/PFL), não conseguindo

---

<sup>81</sup> Senor Abravanel, conhecido como Silvio Santos, é o proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT.

<sup>82</sup> A Aliança Democrática foi um pacto promovido entre políticos de vários partidos para vencer as eleições indiretas para presidente, em 1985. Resultou na vitória da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Nas eleições de 1986, ela foi reeditada sob a liderança de seus dois principais partidos: PMDB e PFL. José Sarney, empossado presidente da república com a morte de Tancredo Neves, constrói uma inédita aliança entre seu grupo político e a oposição maranhense, apóia Eptácio Cafeteira (PMDB) para o Governo do Estado e elege os dois Senadores da República de sua predileção, Alexandre Costa (PFL) e Edison Lobão (PFL). As duas sublegendas do PFL apresentaram quatro postulantes ao Senado: numa, três candidatas (Américo de Sousa, Edison Lobão e Magno Bacelar); em outra, um (Alexandre Costa) (DOUGLAS, 2011, p. 87).

obter êxito, já que José Sarney apoiou as campanhas de Alexandre Costa<sup>83</sup> e Edson Lobão<sup>84</sup> e “financiou a de Américo de Sousa fragilizando Magno Bacelar que, das eleições, saiu também endividado” (DOUGLAS, 2011, p.87), assim tendo que se desfazer de alguns dos seus bens.

**Tabela 5 : Resultados Eleitorais 1986 – Senador**

<b>Candidato</b>	<b>Coligação</b>	<b>Votação</b>
<b>Alexandre Costa</b>	Aliança Democrática (PMDB, PFL, PTB, PDT, PSB, PCB, PCdoB)	492.876
<b>Edson Lobão</b>	Aliança Democrática (PMDB, PFL, PTB, PDT, PSB, PCB, PCdoB)	372.295
<b>Magno Bacelar</b>	Aliança Democrática (PMDB, PFL, PTB, PDT, PSB, PCB, PCdoB)	295.174
<b>Américo de Sousa</b>	Aliança Democrática (PMDB, PFL, PTB, PDT, PSB, PCB, PCdoB)	223.280
<b>José Burnett</b>	Oposições Coligadas (PDS, PL, PMB)	174.631
<b>Neiva Moreira</b>	Aliança Democrática (PMDB, PFL, PTB, PDT, PSB, PCB, PCdoB)	162.006
<b>Outros</b>	-	128.779

Fonte: TRE/MA. Elaboração própria.

Mediante os resultados eleitorais de 1986, que além de ter derrotado Bacelar na disputa ao Senado sagrou Epitácio Cafeteira<sup>85</sup> governador do estado com apoio de José Sarney<sup>86</sup>, a disputa pelo sinal da emissora ganharia novos contornos, já que Cafeteira resolve

<sup>83</sup> Alexandre Alves Costa nasceu em Caxias (MA), no dia 13 de outubro de 1921, filho de Raimundo Costa Sobrinho e de Emília Gonzaga Costa. Foi Dep. fed. MA 1963-1971; sen. MA 1971-1998; min. Integr. Reg. 1992-1993. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alexandre-alves-costa>. Acesso em 14/11/2017.

<sup>84</sup> Edson Lobão nasceu em Mirador (MA) no dia 5 de dezembro de 1936, filho de Newton Barjona Lobão e de Orcina Lobão. Dep. fed. MA 1979-1987; const. 1987-1988; sen. MA 1987-1990; gov. MA 1991-1994; sen. MA 1995-2008; min. Minas e En. 2008-2015; Sen. MA 2015. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lobao-edison>. Acesso em 14/11/2017.

<sup>85</sup> A vitória de Cafeteira foi a mais expressiva jamais alcançada por um candidato ao governo estadual, obtendo mais de 1 milhão de votos (cerca de 80% do total)(COSTA, 1997,p.16).

<sup>86</sup> Em 1986, solidamente amparado por sua condição de presidente da República e pela ampla popularidade conquistada pelo Plano Cruzado, Sarney patrocinou a edição local da “Aliança Democrática” (PFL/ PMDB/ PTB), através da qual foi lançada a candidatura ao governo de Epitácio Cafeteira, tradicional “adversário” do grupo Sarney. Do ponto de vista da oligarquia dominante, esta aliança com um “inimigo histórico” foi possível

comprar os 30% de ações da Difusora através do empresário William Nagem<sup>87</sup>, percentual que já havia sido vendido por Bacelar para o político Francisco Coelho, num “contrato de gaveta” que, na verdade, colocava o então governador Luiz Rocha (1983-1987) como sócio da televisão (COELHO NETO, 2005, p. 20).

Nesse momento, completamente atolado em dívidas, Bacelar já não tem mais como evitar a venda da Difusora:

Nesse cenário, a família Bacelar não tem mais por onde resistir, a Difusora já não lhe pertencia mais: vende, em 1988, os seus 70% nos negócios também a William Nagem. A carreira meteórica desse empresário da mídia durou o tempo em se mantiveram bem relacionados o governador Eptácio Cafeteira e empresário Fernando Sarney, administrador do Sistema Mirante de Comunicação (DOUGLAS, 2011, p.89).

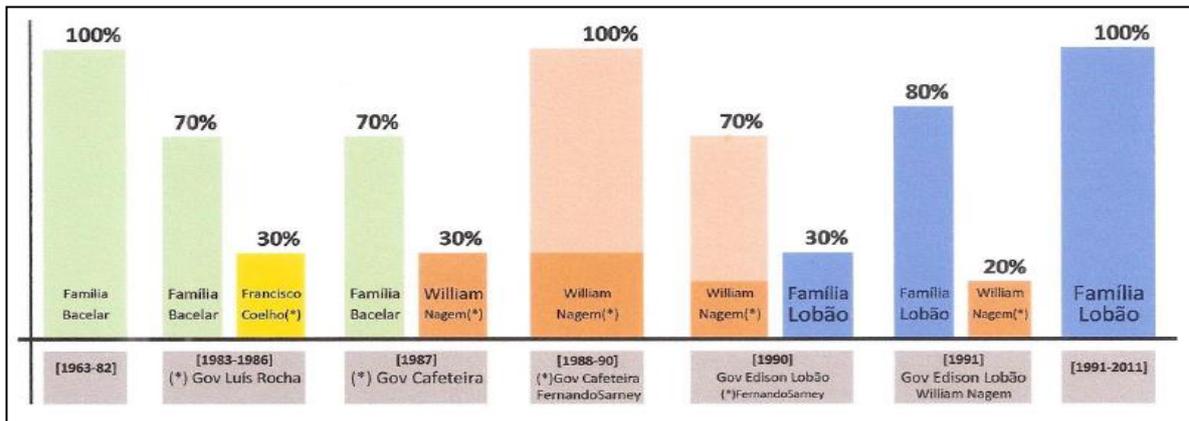
Mediante toda essa engrenagem de negociatas, a troca do sinal foi uma questão de tempo já que após o término de seu mandato Cafeteira solicita, via William Nagem, a venda dos 30% de suas ações ao empresário Edinho Lobão, filho do governador eleito Edison Lobão (1991-1994) (DOUGLAS, 2011, p.89).

O gráfico a seguir deixa claro que em pouco menos de cinco anos a TV Difusora teve seis sócios diferentes. Contudo, a grande finalidade de todo esse processo era deixar 100% das ações nas mãos de Edson Lobão, fiel escudeiro de José Sarney, e repassar sem qualquer ressalva o sinal da Rede Globo para o Sistema Mirante. Essa negociação caracterizou-se por ser algo inédito na radiodifusão maranhense, já que, até então, nenhuma luta por um veículo tinha sido tão acirrada.

---

porque a presença de José Sarney na Presidência da República possibilitava-lhe mecanismos variados de controle sobre o governo do Estado, neutralizando assim as possibilidades de uma reviravolta no quadro político estadual, no caso nada improvável de uma ruptura do governador Cafeteira com o grupo (COSTA, 1997,p. 15; 16).

<sup>87</sup> Foi importante líder da indústria maranhense, dirigindo empresas de diversos ramos do setor industrial, como o têxtil, por exemplo. Ele também foi proprietário da Rádio e TV Difusora até a década de 1990. Em vida, Nagem teve bastante representatividade na Federação das Indústrias do Maranhão – onde foi vice-presidente por vários anos -, na Associação Comercial do Maranhão (ACM), na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio) e também em outras entidades ligadas ao ramo empresarial e do comércio do estado. Disponível em: <https://edicao.jornalpequeno.com.br/impreso/2014/02/04/morre-em-sao-luis-o-empresario-william-nagem/>. Acesso em: 23/10/2017.

**Gráfico 2: Propriedade e controle da TV Difusora 1963-2011**

Fonte: DOUGLAS, 2011, p.90.

Convém destacar que no período estudado, as eleições no Maranhão significam poderio midiático. No momento político da chamada transição democrática, observamos a nível nacional e mais precisamente no estado do Maranhão, a formação de um verdadeiro latifúndio midiático. Se tomarmos como referência os quatro governadores eleitos no período, três foram proprietários da maior emissora do estado num curto espaço de tempo. Logo, os resultados eleitorais das eleições para governador nos anos de 1982, 1986, 1990 demonstram esse poderio com muita clareza, conforme mostram as tabelas abaixo:

**Tabela 6: Resultado das eleições para governador. Ano 1982.**

CANDIDATO	PARTIDO	Nº de Votos
LUÍS ROCHA	PDS	673.916
RENATO ARCHER	PMDB	180.287
REGINALDO TELLES	PDT	12.738
OSVALDO ALENCAR	PT	8.643
CESARIO COIMBRA	PTB	632
BRANCOS	---	148.558
NULOS	---	32.338
TOTAL	---	1.057.112

Fonte: TRE/MA. Elaboração própria.

**Tabela 7: Resultado das eleições para governador. Ano 1986.**

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	Nº de Votos
EPITÁCIO CAFETEIRA	Aliança Democrática (PFL/PMDB/PTB)	1.040.384
JOÃO CASTELO	Oposições Coligadas (PDS/PMB)	212.133
DELTA MARTINS	PT	31.504
TOTAL	-	1.284.021

Fonte: TER/MA: Elaboração própria.

**Tabela 8: Resultado das eleições para governador. 2º turno. Ano 1990.**

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	Nº de Votos
EDISON LOBÃO	Maranhão do Povo (PFL, PTB, PSC, PRP)	695.727
JOÃO CASTELO	Movimento Maranhão Livre (PRN, PMDB, PDC, PSDB, PDS, PL, PSD)	594.620
TOTAL		1.290.341

Fonte: TER/MA: Elaboração própria.

Mediante os elementos expostos, podemos perceber claramente que o uso da radiodifusão como arma eleitoral foi essencial para a ascensão e conquista da hegemonia pelo grupo Sarney. É impressionante como três dos quatro governadores do estado, durante o período estudado, foram proprietários do grupo Difusora, numa verdadeira engenharia política para repassar o comando do concorrente do Sistema Mirante para as mãos de José Sarney e garantir o sinal da Rede Globo para a TV Mirante.

Percebemos que sem a captura dos meios de comunicação audiovisuais, o ciclo de dominação exercido pelo grupo não teria sido prolongado por tanto tempo, haja vista que durante todo esse período o estado do Maranhão, mesmo com todas suas potencialidades no setor turístico, agrário, extrativista, cultural, dentre outros, tenha amargado os últimos lugares em todos os indicadores socioeconômicos nos anos 1990<sup>88</sup>.

O tão esperado “Maranhão Novo” do governo Sarney na década de 1960 e reeditado com o “Maranhão Grande”, nos anos 1980 no governo João Castelo, não passou de discurso. O que ocorreu foi a formação de um dos maiores grupos comunicacionais do Brasil que possibilitou a conquista hegemônica de um grupo político, que ainda atualmente, tenta de qualquer maneira retornar ao comando executivo do estado do Maranhão, já que após sua derrota eleitoral em 2014, viu seus negócios serem fortemente abalados. Já foi veiculado na mídia local uma possível venda de uma parte de suas ações para o grupo Meio Norte do Piauí<sup>89</sup>. Estas mesmas especulações de venda de ações pairam sobre o grupo Difusora, de propriedade do fiel escudeiro de Sarney, Edson Lobão, inclusive com uma suposta venda ao

<sup>88</sup> Para ter acesso a todos esses indicadores consultar: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES, IBGE, apud LAVINAS, Lena et all. Desigualdades Regionais: Indicadores Socioeconômicos nos Anos 90. IPEA, texto para discussão nº 460, fevereiro de 1997, disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0460.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0460.pdf).

<sup>89</sup> Disponível em: <http://www.sjbemfocos.com.br/2015/01/tv-mirante-pode-ter-sido-vendida-grupo.html>. Acesso em: 09/01/2018.

atual deputado Weverton Rocha<sup>90</sup>, aliado político do atual governador Flávio Dino. Lembramos que não temos nenhuma documentação que possa comprovar oficialmente o que fora especulado pela mídia local.

Seria a continuação da derrocada deste grupo iniciada em 2014? Ou o poder midiático apenas estaria trocando de mãos? Essas indagações com certeza serão frutos de novas pesquisas.

---

<sup>90</sup> <http://diegoemir.com/2017/03/deputado-weverton-encaminha-compra-da-tv-difusora-e-difusora-fm/>. Acesso em: 09/01/2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho podendo afirmar que a partir do arcabouço teórico gramsciano utilizado, juntamente com as possibilidades que a História do Tempo presente nos oferece, que o uso da influência política exercida por José Sarney nacionalmente, construiu no estado do Maranhão verdadeiros latifúndios midiáticos, ou seja, a cooptação dos veículos de radiodifusão e sua distribuição entre parentes e aliados foi fundamental no processo de construção da hegemonia política do grupo. Vimos inicialmente que, de acordo com Antonio Gramsci, para se conquistar a hegemonia pressupõe-se, indubitavelmente, que o projeto de classe pareça apoiado no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública. Dessa forma, para que o projeto classista do grupo lograsse êxito foi necessário utilizar-se das bases do Estado Ampliado, ou seja, a Sociedade Política, através do Estado Restrito, juntamente com a Sociedade Civil, com os Aparelhos Privados de Hegemonia, para conseguir tornar por muito tempo hegemônico esse projeto de dominação.

Vimos também que o ciclo político da ditadura empresarial-militar foi essencial para a formação dos conglomerados midiáticos no Brasil e que, no período de transição, houve uma enxurrada de concessões públicas para veículos de radiodifusão nacionalmente, tendo o Maranhão um dos maiores índices. Foi possível observar também que a legislação brasileira, no que concerne à radiodifusão, esteve longe do ideal para uma nação democrática, já que, como observado antes, foi elaborada dentro de um Estado com forte influência autoritária e que privilegia os grandes grupos empresariais e seus interesses políticos e comerciais. Mesmo tendo elementos que proibam o seu uso político, a legislação é frágil e facilmente burlada.

O período em que José Sarney passou à frente da presidência da república contribuiu para o fortalecimento do seu grupo local, com o fornecimento de várias concessões públicas para funcionamento das suas estações de radiodifusão, assim como a captura do sinal da Globo pela TV Mirante no final década de 1980.

A nossa hipótese central foi correspondida após todas essas análises. Chegamos a conclusão que sem a utilização dos veículos de radiodifusão como Aparelhos Privados de Hegemonia, o grupo Sarney teria muito mais dificuldades em se manter no poder, uma vez que, somente os elementos de coerção, que também foram utilizados, não dariam conta de sustentar tal poderio por tanto tempo.

Ainda há muito a ser pesquisado. A concentração midiática no Maranhão ainda tem várias questões não respondidas, essa foi apenas uma pequena contribuição que deve ser ainda

mais explorada com o objetivo de dar mais visibilidade e qualidade aos estudos de área de História Contemporânea no Maranhão.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Dicionários:

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Assis Chateaubriand).

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Vitorino Freire.

#### Documentário:

Hartog, Simon. Muito Além do Cidadão Kane. Reino Unido: 1993. 103 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>.

#### Sites:

<http://www.tre-ma.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 10/12/2017.

<https://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/viewFile/26/25>. Acesso em: 07/01/2018.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/DI>  
P. Acesso: 29.03.2017.

<http://diegoemir.com/2017/03/deputado-weverton-encaminha-compra-da-tv-difusora-e-difusora-fm/>. Acesso em: 09/01/2018.

<http://imirante.com/mirantefm/a-radio/>, Acesso em: 06/04/2017.

<http://imirante.com/mirantefm/a-radio/>. Acesso em: 06/04/2017.

<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>, acessado em: 03/04/2017.

<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>, acessado em: 03/04/2017.

<http://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil>. Acessado: 29.03.2017.

<https://www.todamateria.com.br/historia-do-radio/>. Acesso em: 10/02/2018.

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_triennial\\_e\\_a\\_politica\\_economica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica). Acessado em 06/01/2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes>. Acessado em 13/11/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-castelo-ribeiro-goncalves>. Acesso em 20/11/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-da-costa-nunes-freire>. Acesso em: 01/10/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>. Acesso em: 06/07/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena> Acesso em: 10/10/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-emissoras-de-radio-e-televisao-abert> Acesso em: 22/11/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-emissoras-de-radio-e-televisao-abert> Acesso em: 22/11/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja> . Acesso: 06.11.2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja> . Acesso: 06.11.2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-frente-liberal-pfl>.

Acessado em 12/11/2017.

<http://www.jwsat.com.br/noticias/radiodifusao.pdf>. Acesso em: 03/04/2017.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp1507200392.htm>. Acesso em: 10/11/2017.

<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=577>. Acesso em: 10/11/2017.

<https://www.dicionariopopular.com/laranja/>. Acesso em: 04/02/2018.

<http://www.sjbemfocos.com.br/2015/01/tv-mirante-pode-ter-sido-vendida-grupo.html>. Acesso em: 09/01/2018.

## **Reportagens**

Aécio ganha rádio FM em Betim. **Revista Veja**, 18 de fevereiro de 1987.

Maranhão ganha outro canal de TV, **Folha de São Paulo**, 15 de maio de 1979.

## **Legislação**

**BRASIL**. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1946.

**BRASIL**. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o código brasileiro de telecomunicações. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 10413, 05 de outubro 1962

**BRASIL.** Decreto Nº 55.782, de 19 de fevereiro de 1965.. Transfere a concessão outorgada a Rádio Globo S.A. pelo Dec. 42.940, de 30/12/1957, para executar serviços de televisão na cidade do Rio de Janeiro, para a TV Globo Ltda. Revoga o dec. 42.940, de 1957. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1 página 2161, 20 de fevereiro de 1965.

**BRASIL.** Decreto nº 82.249, de 12 de Setembro de 1978. Outorga concessão à Rádio Interior Ltda., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 14866, 13 de setembro 1978.

**BRASIL.** Decreto nº 83.384, de 30 de Abril de 1979. Outorga concessão à Rádio Ribamar Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 6067, 2 de maio de 1979.

**BRASIL.** Decreto nº 87.164, de 12 de maio de 1982. Outorga concessão a rádio Cultura Rio Jordão Ltda., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Coroatá, estado do Maranhão.. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 8641, 13 de maio de 1982.

**BRASIL.** Decreto nº 89.061, de 28 de Novembro de 1983. Outorga concessão à TELEVISÃO MIRANTE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens - televisão, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 20156, 29 de novembro de 1983.

**BRASIL.** Decreto nº 94.501, DE 19 de junho de 1987. Outorga concessão à Rádio Rio Balsas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Balsas, Estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 2, página 9617, 20 de junho 1987.

**BRASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

**BRASIL.** Decreto nº 95.630, de 13 de janeiro de 1988. Outorga concessão à Tv Itapicuru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Codó, Estado do Maranhão.. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 868, 14 de janeiro 1988.

**BRASIL.** Decreto nº 96.643, de 05 de setembro de 1988... Outorga concessão ao sistema Janaina de radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vargem Grande, estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 2, página 017145, 05 de setembro 1988.

**BRASIL.** Decreto nº 82.249, de 27 de Setembro de 1988. Outorga concessão a rádio Maracu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Viana, estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 1, página 18776, 28 de setembro 1998.

**BRASIL.** Decreto nº 96.861, de 29 de setembro de 1988. Outorga concessão à Rádio Santa Maura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, Seção 2, página 18978, 30 de setembro 1988.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista Compólitica**, n.1, vol. 1, ed.março-abril, ano 2011.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves. Sociedade Civil na redemocratização no Maranhão: revisão historiográfica e perspectivas de pesquisa. In: PICCOLO, Monica. **Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades**. São Luís: EDUEMA, 2016.

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação**. São Luís: Edufma, 2011.

BOBBIO, Norberto, MATENUCCI, Nicola e PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Editora UNB, 2004.

BONFIM, Maria Núbia. **Do Velho ao Novo: Política e Educação no Maranhão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Dissertação de Mestrado, 1982.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

BUZAR, Benedito. Em São Luís a televisão é a própria novela. **Revista Legenda**. São Luís. Ano I, n. 3, p. 3-5, jul.

CAPPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre, L & PM, 1982.

CAPPARELLI, Sérgio; RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy. **As mudanças nas teles e tevês na Argentina e no Brasil: um efeito Orloff nas comunicações?** São Paulo: COMPÓS, 1998.

CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 376-379.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORREIA, G.C. No Brasil, rádio e televisão influenciam relações políticas nas instâncias de poder. **Revista Compolítica**, v. 5, p. 113, 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. (1997). **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís, UFMA. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 20/04/2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão**. 2007. 170 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, 2007.

D'ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. Universidade Metodista de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2003.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim: A construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

DOUGLAS, Franklin. **Mídia eletrônica, controle social e poder econômico: particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

DREIFUSS, René. 1964: **A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1985 ao golpe civil- militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 345- 404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Julienne, CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Portal imirante.com: apropriações e usos das características do jornalismo online. Cambiassu – edição eletrônica: **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - Nº 8.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 2**. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 2ed. (caderno 12). Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.2. p.13-53.

\_\_\_\_\_, 1891-1937. **Cadernos do cárcere, vol. 1**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, vol. 3**. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 13. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

KINZO, Maria D'Alva G. "A **democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**". São Paulo em Perspectiva, 2001, v. 15, n. 4, p. 1-12.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia da exclusão. In: Kucinski, Bernardo. **A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp.287-313.

LENHARO, Acir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

MAIA, Mara Jane Sousa. **Os fatores sócio-políticos das concessões de rádio e televisão no Maranhão, período de 1985-1990**. Cambiassu: estudos em comunicação, São Luís, Edufma, Ano 4, n. 5, 1993.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MELO, D. B. **Ditadura 'civil-militar'?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MENDONÇA, Sonia. **O Estado Ampliado como ferramenta metodológica**. Revista Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul, 2014, p. 27-43.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis. Editoras Vozes, 2ª edição, 1984.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & política**, Rio de Janeiro, Ed Cebela, v.1, n 1, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **Roteiro de leituras para o estudo do Golpe Civil-Militar de 1964**. Guia bibliográfico da FFLCH [S.l: s.n.], 2016.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **E porque muitos juraram para trair ....** São Luís: EDUEMA, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e terror de Estado.** Revista História e Luta de Classes, n° 4, julho de 2007, p. 43- 51.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970).** São Paulo: UFSCAR, 2008.

PICCOLO, Mônica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.** Niterói: Tese de Doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980. In: Samantha Viz Quadrat. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.** 1ed. Niterói: 7 Letras, 2014, v. , p. 254-281.

\_\_\_\_\_. Os Sarney; Comunicações, Negócios e Poder no Maranhão. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. (Org.). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro.** 1ed. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2017.

\_\_\_\_\_. O Sarneysmo rumo ao poder: Disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica, SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia.** São Luis: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a proposta de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

RUMMERT, Sonia Maria. **Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Dissertação de Mestrado, 1986.

SALLUM, Basílio. **Labirintos. Dos Gerais à Nova República**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo :40 anos de poder e hegemonia**. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77101.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1947 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (Orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245-279.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

## ANEXOS

## Listas de sócios de empresas de radiodifusão disponíveis no site da ANATEL

ANATEL		Agência Nacional de Telecomunicações		Sistemas Interativos	
Menu Principal		SIACCO II - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário			
Dados da consulta		Consulta			
<b>Perfil das Empresas - RADIO MARACU LTDA</b>					
CNPJ: 12537338000166					
Presidente:					
Endereço: RUA PROFESSOR ANTONIO LOPES - CENTRO					
E-mail: sistemamaracu@hotmail.com					
Capital Social: 40.000,00					
Reserva de Capital:					
Total: 40.000,00					
<b>Quadro Societário</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas		
000.570.373-53	ANTONIO PINHEIRO GASPAR	24.000	24.000,00		
226.160.983-34	ANGELA DAS GRACAS SIMOES GASPAR	16.000	16.000,00		
<b>Conselho</b>					
<b>Diretoria</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO		
000.570.373-53	ANTONIO PINHEIRO GASPAR	GERENTE			
226.160.983-34	ANGELA DAS GRACAS SIMOES GASPAR	GERENTE			

ANATEL		Agência Nacional de Telecomunicações		Sistemas Interativos	
Menu Principal		SIACCO II - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário			
Dados da consulta		Consulta			
<b>Perfil das Empresas - TELEVISAO MIRANTE LTDA</b>					
CNPJ: 07306616000134					
Presidente:					
Endereço: AVENIDA ANA JANSEN - SAO FRANCISCO					
E-mail:					
Capital Social: 8.133.000,00					
Reserva de Capital:					
Total: 8.133.000,00					
<b>Quadro Societário</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas		
115.116.991-91	ROSEANA SARNEY MURAD	2.711.000	2.711.000,00		
147.374.183-15	JOSE SARNEY FILHO	2.711.000	2.711.000,00		
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	2.711.000	2.711.000,00		
<b>Conselho</b>					
<b>Diretoria</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO		
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	ADMINISTRADOR			

ANATEL		Agência Nacional de Telecomunicações		Sistemas Interativos	
Menu Principal		SIACCO II - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário			
Dados da consulta		Consulta			
<b>Perfil das Empresas - TELEVISAO MIRANTE LTDA</b>					
CNPJ: 07306616000134					
Presidente:					
Endereço: AVENIDA ANA JANSEN - SAO FRANCISCO					
E-mail:					
Capital Social: 8.133.000,00					
Reserva de Capital:					
Total: 8.133.000,00					
<b>Quadro Societário</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas		
115.116.991-91	ROSEANA SARNEY MURAD	2.711.000	2.711.000,00		
147.374.183-15	JOSE SARNEY FILHO	2.711.000	2.711.000,00		
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	2.711.000	2.711.000,00		
<b>Conselho</b>					
<b>Diretoria</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO		
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	ADMINISTRADOR			

ANATEL		Agência Nacional de Telecomunicações		Sistemas Interativos	
Menu Principal		SIACCO II: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário			
Dados da consulta		Consulta			
<b>Perfil das Empresas - RADIO CULTURA RIO JORDAO LTDA</b>					
CNPJ: 06774525000160					
Presidente:					
Endereço: PRACA ALEXANDRE TROVAO, S/N -					
E-mail:					
Capital Social: 20.000,00					
Reserva de Capital:					
Total: 20.000,00					
<b>Quadro Societário</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas		
012.496.573-34	JOAO FERREIRA PEREIRA	2.000	2.000,00		
063.898.563-34	ALEXANDRE CESAR TROVAO	6.000	6.000,00		
100.312.433-04	RICARDO JORGE MURAD	6.000	6.000,00		
100.461.353-91	VITOR DIAS TROVAO FILHO	6.000	6.000,00		
<b>Conselho</b>					
<b>Diretoria</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO		
063.898.563-34	ALEXANDRE CESAR TROVAO	GERENTE			

ANATEL		Agência Nacional de Telecomunicações		Sistemas Interativos	
Menu Principal		SIACCO II: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário			
Dados da consulta		Consulta			
<b>Perfil das Empresas - RADIO RIO BALSAS LTDA</b>					
CNPJ: 05773619000152					
Presidente:					
Endereço: PRACA GONCALVES DIAS, 155 -					
E-mail:					
Capital Social: 500.000,00					
Reserva de Capital:					
Total: 500.000,00					
<b>Quadro Societário</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas		
023.522.063-91	JOAO ANTONIO DE BARROS NETO	62.500	62.500,00		
039.227.073-00	VALDEMAR CABRAL DE PAULA	62.500	62.500,00		
056.886.631-20	FRANCISCO DE ASSIS M COELHO	375.000	375.000,00		
<b>Conselho</b>					
<b>Diretoria</b>					
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO		
039.227.073-00	VALDEMAR CABRAL DE PAULA	SÓCIO GERENTE			